

tempo e presença

Publicação do CEDI Número 258 Ano 13 Cr\$ 400,00



MENINAS
E MENINOS

MENINAS E MENINOS, BRASILEIROS

Marcelo de Oliveira



As assombrosas denúncias e notícias recentes sobre o extermínio de meninos e meninas no Brasil evidenciam paradoxos. Análises desavistadas indicam como causa a decadência do sistema urbano brasileiro e os cancos que cria.

Se, de um lado, isto é correto, por outro, olhar com novos olhos é necessário. Afinal importa saber qual é a visão de sociedade que se sintetiza por trás das chagas de menores mortos, desovados.

O compromisso com esses pequenos cidadãos brasileiros parece ainda remoto. Remontando ao tempo das senzalas e percorrendo os ideais hegemônicos de sociedade, o tema dos meninos e meninas vira retrato do Brasil.

Num país recortado historicamente pela dialética da ordem contra a “desordem”, não só aos menores, mas a um grande setor da sociedade, só restaram adjetivos: malandros, “mulatos”, preguiçosos...

Colocar a questão de forma substantiva é preocupação de diversas organizações envolvidas com a problemática dos menores. E é notório perceber que não se pode levar a fundo o debate sem tocar em pilares escondidos das nossas contradições culturais. É, por exemplo, o caso da prostituição de meninas, amplamente condenada e socialmente integrada à estrutura da moral familiar.

Tais reflexões/reivindicações lançam luzes novas sobre o internato para menores. Solução da “ordem” para os “desajustados” meninos, torna-se a própria confirmação da sua condição de excluídos, de gentes das ruas. Nesse quadro, as políticas que

informam o governo atual não vão às causas da produção social das mortes, do extermínio. Do mesmo modo que a aplicação de leis que não saem do papel.

A confluência de amplos setores da sociedade, comprometidos com a democracia, em torno da cidadania de meninos e meninas, tem levantado questões desafiadoras tais como aquelas dirigidas aos organismos sindicais quanto ao trabalho do menor.

A cor desta segregação, que chega ao extermínio, é a de um Brasil idealizado sem incluir a senzala, ou melhor, para excluir (ou intermar) de vez todos os proscritos. As possibilidades e impossibilidades de tal “ideal” têm-se revelado na força da economia informal, nos movimentos inesperados e solidários de diversos matizes. São as pastorais, educadores de rua, grupos de meninas e meninos... Portadores de uma irreverência à “ordem” e um humanismo alternativo capaz de alentar esperanças.

Tempo e Presença reconhece a necessidade de ultrapassar as páginas de sangue da imprensa. Com este número, procura colaborar na construção de uma versão nacional e democrática sobre as meninas e meninos. Sem a pretensão de esgotar um assunto já abordado sob outros ângulos na Revista. Aqui o retomamos numa conjuntura em que, mais que um tema, é a expressão de um compromisso com estas “pequenas” gentes, rostos e nomes ainda por escrever na história da nossa cidadania.

ÍNDICE

Meninas e meninos

- 5 CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM DESAFIO À CIDADANIA
Luis Claudio Oliveira
- 10 UMA NOVA ÉTICA PELA CRIANÇA
Unicef
- 12 O BRASIL DOS INVENCÍVEIS
Ligia Costa Leite
- 14 O GOVERNO COLLOR E OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Rosana Heringer
Almir Pereira Júnior
- 18 O SINDICALISMO E O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Jorge Barros
- 20 CRIANÇAS DE RUA, CRIANÇAS -HERÓIS
Ivone Barreto da Silva
- 22 A PROSTITUIÇÃO DE MENINAS E ADOLESCENTES NO RECIFE
Ana Vasconcelos
- 24 DIREITO À VIDA
Lúcia Maria Xavier de Castro
Maurício Camilo da Silva
Nádia Bomfim
- 26 JOVENS APÓS O INTERNATO
Sônia Altoé
- 29 MENINAS E MENINOS UNEM AS IGREJAS
Antônio Salvador Coelho
- Guarani**
- 32 POR QUE OS GUARANI KAIOWÁ ESTÃO SE MATANDO?
Depoimento de Georg Grümberg
- Igrejas**
- 38 DO SOCIALISMO REAL AO CAPITALISMO IDEAL SEM PERDER A UTOPIA DOS POBRES — CENTESIMUS ANNUS
J. B. Libanio
- 41 500 ANOS DE COLONIZAÇÃO — PERSPECTIVA DE UMA IGREJA DE IMIGRAÇÃO
Gottfried Brakemeier

Rubem Alves

- 44 O TERROR DO ESPELHO
América Latina
- 46 AS QUESTÕES QUE CUBA ENFRENTA
Cláudio Nascimento
- Bíblia Hoje**
- 48 JONAS E A CIDADE
Rolf Schunemann
- Livros**
- 51 O FRACASSO DOS INTERNATOS
Rosilene Alvim

MENINAS E MENINOS

Cidadania, ética e história

Crianças e adolescentes precisam ter reconhecida sua cidadania, estabelecida não só legalmente, mas sobre a base de uma nova ética social global. No Brasil este é um tema que remonta às raízes de nossa sociedade escravagista. Estes são temas desenvolvidos pelos autores dos artigos das páginas 5, 10 e 12.

Exploração do trabalho

Milhões de crianças e adolescentes contribuem com seu trabalho para a construção do País. A maioria absoluta, entretanto, não tem carteira profissional assinada, nem garantias mínimas. Sindicatos e governo são chamados a se pronunciar (páginas 14 e 18).

Márcio Ferreira/Quilombo



GUARANI

Suicídio dos Guarani

Grümberg, antropólogo austríaco, que há 20 anos conhece os índios Guarani, em impressionante depoimento interpreta o fenômeno do suicídio em cadeia desse povo indígena (página 32).

Biblioteca - Koinonia
(X) Cadastrado
(X) Processado

Vidas interrompidas

A interrupção do direito à vida é a lógica que extermina, violenta e prostitui meninas e meninos. São heróis de uma resistência nas ruas e casas, sem condições de vida digna (páginas 20, 22 e 24).

Direitos da criança

A Convenção da ONU/1989 sobre os direitos das crianças está distribuída em chamadas ilustradas com fotos de Márcio Ferreira (Quilombo), nas páginas ímpares de 7 a 25.

tempo e presença

Revista bimestral do CEDI
Julho/agosto de 1991
Ano 13 - nº 258

CEDI Centro Ecumônico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129
22211 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 242-8847

Av. Higienópolis, 983
01238 São Paulo SP
Telefone (011) 825-5544
Fax (011) 825-7861

Conselho Editorial
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
Heloisa de Souza Martins
Márcio Santilli
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Hara
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

Editor
Jether Pereira Ramalho

Jornalista responsável
Paulo Roberto Salles Garcia
MTb 18481

Editores assistentes
Rafael Soares de Oliveira
Maria Cecília Iório

Secretaria de redação
Beatriz Araújo Martins

Editora de arte
Anita Slade

Revisor e digitador
Paulo Roberto Salles Garcia

Produção gráfica
Supernova

Composição
Alcino Demby

Fotolitos e impressão
Clip

Foto da capa
Marcelo de Oliveira

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso
Cr\$ 400,00

Assinatura anual
Cr\$ 2.000,00

Assinatura de apoio
Cr\$ 2.500,00

Assinatura/exterior
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X



Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chorozinho

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chorozinho/Ceará vem respeitosamente agradecer pelos exemplares da revista *Tempo e Presença*. Estas vão servir para despertar o conhecimento dos trabalhadores do nosso município.

Presidente do Sindicato - Manoel Batista de Alencar
Chorozinho/CE

A revista *Tempo e Presença* tem sido de grande utilidade para os membros de nossa família, visto que somos professores e estudantes e, mais, participamos da Comunidade na área de catequese e liturgia.

Tarcisio do Nascimento Galdino
Contagem-MG

Parabéns especiais pelo número 256 da revista *Tempo e Presença*, especialmente ao artigo que desmascara a idéia de necessidade de implantação de uma política de controle da natalidade dos países pobres, com a justificativa do provável esgotamento dos recursos naturais do planeta, idéia essa ven-

tilada até por grupos ecológicos e feministas, esquecendo-se os mesmos das características exploradora e depredadora do modelo econômico, que já é em si o gerador de marginalização de grandes contingentes populacionais.

Sônia Camargo Pereira da Costa
Brasília-DF

A história do Brasil precisa ser marcada por atitudes de inovação, ousadia, coragem... A revista *Tempo e Presença* é a soma de tudo isto. Fornece informações corretas e profundas, colabora para que o processo de conscientização do povo brasileiro aconteça. E assim nós possamos sempre mais sermos agentes transformadores e construir uma sociedade justa e fraterna.

Amarildo Bambinetti
Brusque-SC

A revista *Tempo e Presença* é um instrumento indispensável para os trabalhadores enfrentarem os verdadeiros impérios da comunicação que se colocam a serviço do imperialismo e do capital transnacional.

É importante material para ser usado nos cursos de formação e também como material didático com os alunos do segundo grau.

Armando Triches Enderle
Braga-ES

É com muita satisfação que estou a renovar a assinatura da revista *Tempo e Presença*, que tem contribuído muito para uma reflexão séria e contextualizada dos nossos problemas sociais.

Kleber Rodrigues do Nascimento
Paulista-PE

Recebemos carta da Comissão da Mulher Trabalhadora da CUT-GO repudiando atitude do Presidente das Centrais Elétricas de Goiás (CELG), que enviou telex às mulheres dos funcionários em greve desta empresa afirmando: "... Estou trabalhando muito para manter a maior quantidade de empregos que a CELG possa oferecer, inclusive o de seu marido. Pois nessa grave crise brasileira, posso avaliar a angústia de uma família cujo chefe fique desempregado...". Em resposta a este telex a Comissão da Mulher Trabalhadora da CUT-GO, protesta contra tal atitude afirmando: "...O repúdio é maior ainda com relação aos métodos ameaçadores e violadores da cidadania contidos no conteúdo do telex. A argumentação econômica para o não-atendimento às reivindicações vem sendo contestada por toda sociedade uma vez que é do conhecimento público que a arrecadação da CELG é bem superior à folha de pagamento..."

Maria Clara de Oliveira, Angelita P. de Lima e Maria Madalena de C. Torres — pela Comissão sobre a Questão da Mulher Trabalhadora da CUT-GO
Goiânia - GO

LEIA E ASSINE

TEMPO E PRESENÇA



Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, uma publicação bimestral voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade mais justa e democrática, é leitura indispensável.

- Assinatura anual Cr\$ 2.000,00
- Assinatura de apoio Cr\$ 2.500,00
- Exterior US\$ 50
- Número avulso Cr\$ 400,00

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI, aos cuidados do Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro, 129 - CEP 22211 - Rio DE Janeiro - RJ.
Av. Higienópolis, 983 - CEP 01238 - São Paulo - SP.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM DESAFIO À CIDADANIA

Para além da denúncia de mortes, está em jogo a construção de uma sociedade democrática sem excluídos de qualquer gênero, idade, cor ou cultura no Brasil

Luis Claudio Oliveira

Grandes transformações se processam já no início da década de 1990, como produto de um século marcado inigualavelmente por avanços científicos de toda ordem de conhecimento humano. Ao mesmo tempo, porém, é absolutamente visível, nos países pobres (emborcados), um retrocesso de tal magnitude que encosta nas raias do desespero. Mais recentemente, na América Latina, a efetiva prolifera-

ção do cólera — a mesma doença que vitimava milhões de pessoas que viviam em condições terrivelmente insalubres há séculos passados, sobretudo na Europa — tem dado o tom das condições de saúde da maioria da população mundial, esmagada pelo pagamento dos serviços da dívida externa, basicamente dos países da América Latina e Caribe, África e Ásia. Há de se considerar, ainda, que os gas-

tos militares nos países em desenvolvimento consumiram 145 bilhões de dólares em um ano, segundo relatório anual do Unicef — *Situação mundial da infância: 1990*.

Tudo isso instala definitivamente um quadro mundial extremamente preocupante, cuja análise é também indispensável para aferir todo o processo de reprodução ampliada das desigualdades, verdadei-

Marcelo de Oliveira

Manifestação
contra a
violência em
Nova Iguaçu
(28/6/91)





ra questão de fundo de fenômenos sociais arrasadores, como a morte de centenas ou milhares de meninos e meninas, vítimas de grupos de exterminadores no Brasil.

Modelo de privações. Para compreensão mais arrazoada desta que se inscreve como uma das mais cruéis realidades nacionais, é preciso remontar à estrutura social brasileira para verificar, em seu

interior, os fatores psicossociais que arremessam parcela significativa da nossa juventude à marginalidade, e os de cunho político e econômico, que perpetuam a atual estratificação social. E, ainda, de como essa estratificação impõe, até hoje, à despeito de toda modernidade, o extermínio orquestrado de crianças e adolescentes como mais um capítulo da história de sangue e opressão que marca o nosso país desde a invasão dos povos europeus.

Já foi dito, por vários estudiosos como Piaget, Freud, Maurice Debesse, Judith Gallantin e outros, que o ser humano, durante a infância, vivencia as experiências mais fundamentais de toda a vida. Todo o desenvolvimento intelectual, afetivo e social está diretamente ligado à mais tenra idade. A carência afetiva durante os primeiros anos de vida é causa determinante de estados físicos debilitados, comprometidos e depressivos, como o marasmo e a apatia, e até mesmo culminantes como a alienação, o retardamento mental e a morte. Somando-se a isso a carência de estímulos culturais, tudo se transforma em motivo eficaz na eclosão de trágicas consequências.

FAMÍLIA E RENDIMENTO

Mais da metade das crianças e adolescentes brasileiros vive em famílias com renda mensal inferior a meio salário mínimo *per capita*. Na Região Nordeste, a situação é muito pior — mais da metade (52,6%) da população infanto-juvenil vive em famílias cuja renda mensal é de até 1/4 de salário mínimo. A grande maioria desta parcela da população, tanto no Nordeste quanto no Sudeste, faz parte de famílias compostas por casal com filhos.

Fonte: Indicadores Sociais, IBGE, 1990

Notoriamente essas privações estão intimamente relacionadas às dificuldades socioeconômicas decorrentes de um modelo capitalista subordinado aos interesses dos grupos econômicos transnacionais, cujas ideologia e lógica operantes destroem as perspectivas de realização humana coletiva. Enquanto a criança de classe média é geralmente bem nutrida, apoiada pela família em suas necessidades físicas e afetivas — o que lhe proporciona um bom desenvolvimento —, a criança oriunda das famílias de classes populares (de baixíssima renda) é sempre mal alimentada e não conta com a família para ajudá-la em suas necessidades psicoafetivas e intelectuais mais elementares, tão absorvidos que estão seus pais com a luta cotidiana pela sobrevivência. Enquanto a criança favorecida conta com possibilidades de escolarização e maiores oportunidades de desenvolvimento das potencialidades criativas, a criança desfavorecida se, em alguns casos, pode contar com os pais, eles são, quase sempre, de pouca ou nenhuma escolaridade, nível profissional irrisório, quando já não foram, eles próprios, levados ao ostracismo social pela debili-

dade mental, o desemprego, a delinqüência.

Socialização pelo avesso. Na adolescência — interface da infância e da maturidade —, a relação com os adultos é marcada quase que homogeneousmente pela busca da identidade — através da independência, da diferenciação (idéias e linguagem próprias, etc.) —, oposição constante às normas estabelecidas e, especialmente, agressividade. Dessa forma o jovem superdimensiona as experiências passadas, ao oferecer respostas, canalizadas no seu comportamento, às alegrias e às satisfações ou às injustiças e aos malogros que já os primeiros anos deixaram-lhe registrados na mente e no corpo. Esse comportamento representa, na verdade, a forma de sua inserção social, ou seja, a conformação diante de sua realidade ou inconformação com o modelo social agora decodificado e tornado transparente, que o mergulha, então, num processo de alienação que, não obstante, o leva a ações subversivas à ordem social. Com efeito, esses jovens passam a ser encarados pela sociedade como um todo (exceto pela família, a de-

pender de sua dinâmica interna) não mais como promessas para um futuro brilhante. Muito ao contrário, os olhos que os assistem miram em sua rebeldia uma ameaça constante a ser debelada a qualquer custo, mesmo através da pena de morte.

Em se tratando de indivíduos de origem social subalterna, amontoados nas favelas, cortiços e periferias dos grandes centros urbanos — em sua maioria, negros e mestiços descendentes de migrantes de segunda ou terceira geração —, a repressão assume um caráter muito mais duro. Estes, desde cedo excluídos dos direitos básicos ao trabalho, educação, alimentação, teto e vestuário, são, ao mesmo tempo, chamados a reconhecer esses valores, tornando-se sujeitos nessas condições objetivas de socialização. Abandonados, expulsos, fugidos ou, simplesmente, subempregados — engraxate, guardador de automóveis, ambulante, etc. —, eles passam a maior parte do tempo na rua.

Rua “uterina”. Comparado com os limites estreitos e miseráveis de sua casa e vizinhança, o espaço público apresenta aos menores infinitas novidades, atrativos e possibilidades de diversão e de ganharem dinheiro. As ruas, mundos diferentes e estimulantes, passam a ser a moradia de muitos desses meninos e meninas. São o local onde conseguem alimentação, perambulando pelos bares, mendigando, praticando pequenos furtos, desconhecendo qualquer separação entre trabalho e lazer, incomprassando-se alegre ou drasticamente às aventuras exibidas em cada esquina. Dormem sob viadutos, em terrenos baldios, escombros de prédios abandonados ou esqueletos de obras embargadas; sob os beirais de prédios públicos ou de casas de comércio, no “ventinho do metrô”. Batalham a sobrevivência e, de poucos em poucos, apren-



Direito à igualdade sem distinção de raça, religião ou nacionalidade

dem as “malandragens” e os mactes da vida nas ruas.

Estigmatização social. Numa idade mais avançada da adolescência (15, 16 ou 17 anos), os menores passam a permanecer mais tempo na vida comunitária de origem do que nas ruas, dado que a repressão aumenta à razão de seu crescimento físico, inibe-lhes a mendicância e redimensiona-lhes os traumas decorrentes das agressões diretas mais freqüentes. Tentam voltar-se mais para o trabalho produtivo, até verem definitiva a impossibilidade generalizada de ingressarem no mercado formal, devido à ausência de formação profissional, à estigmatização social mais forte e mais atuante e aos impedimentos vindos com aproximação da fase de prestação do serviço militar.

Em que pesem as especulações que formam opinião pública no sentido contrário, alguns menores precipitam-se nos crimes contra o patrimônio como via imediata de satisfazer as necessidades mais emergentes ou de complementar os ganhos insuficientes proporcionados pelo “trabalho honesto” em ocupações sempre subservientes.

Para aqueles atraídos pelo tráfico de drogas, que caem nas mãos côncavas e ligeiras dos gerentes das “bocas” locais e que são progressivamente instrumentalizados, desde ocupações igualmente subservientes (olheiro, “avião”, “vapor”, etc.) até

CONDICÕES DO DOMICÍLIO

A precariedade das condições dos domicílios no Brasil ainda é alarmante. A constatação de baixíssimas taxas de acesso aos serviços de escoamento sanitário, abastecimento de água, recolhimento do lixo e fornecimento de luz elétrica evidencia a urgência de uma ação mais incisiva por parte do estado. A simples posse de filtro de água no domicílio não está ao alcance de 55,8% da população de 0 a 17 anos.

Fonte: Indicadores Sociais, IBGE, 1990

os postos de comando, o alto risco de vida torna-se elemento de convivência ininterrupta, posto que essa situação os coloca diretamente sob a mira das armas da polícia e dos próprios traficantes, para quem a quebra da "lealdade" é fatal.

Concomitantemente a todo esse inferno, meninos e meninas são presas fáceis da patologia social que rege o imaginário popular e aponta-os como "bandidos do futu-

Rosto do extermínio. Se considerarmos que: durante o ano de 1990, foram assassinados, por grupos de extermínio em Sergipe, cerca de 140 menores (dossiê "O extermínio de crianças e adolescentes em Sergipe" — AMABA/CESEP); em Pernambuco, durante o ano de 1990, foram 41 vítimas de assassinatos com idade não superior a 18 anos (Levantamento das mortes violentas de crianças e adolescentes —

das 420 mortes de crianças e adolescentes anunciamadas para 1991, cerca de 34 seriam na faixa de 0 a 9 anos, 63 seriam entre 10 e 14 anos, enquanto os adolescentes seriam 307, restando uns 16 não identificados. Essa projeção aponta que, na faixa de 0 a 9 anos, será morta 1,3 criança por cada 100 mil crianças. Para os meninos negros, no entanto, a taxa seria de 4,0 por mil crianças negras. Na faixa de 10 a 14 anos, estima-se que serão mortas 5,1 crianças por cada 100 mil crianças. No caso dos meninos negros, mais uma vez repete-se uma taxa mais elevada: 14,5 por mil meninos negros. No caso dos adolescentes, a gravidade se acelera enormemente. A taxa geral da faixa etária de 15 a 17 anos, previsto para 1991, é de 40,6 mortes para cada 100 mil adolescentes. No caso dos adolescentes negros, no entanto, chega a 124,3 por 100 mil adolescentes de 15 a 17 anos. Significa dizer que corresponde a uma morte por cada mil adolescentes negros residentes no estado do Rio de Janeiro".

Ao restringir a análise às vítimas entre 15 a 17 anos, a pesquisa indica que "dentre aqueles assassinados pelos grupos de extermínio, 67% são negros, demonstrando forte compo-



Marcelo de Oliveira

ro". Logo, a afirmação categórica do presidente do Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro de que "quando se mata um pivete, se está fazendo um bem à sociedade" (JB, 12/1/91), é a expressão literal da concepção ideológica recorrente em nosso meio, de "cortar o mal pela raiz". Assim, mesmo sem se agir diretamente na organização de grupos paraestatais de repressão ao crime organizado (normalmente composto por policiais, ex-policiais e pistoleiros de aluguel), com o fim precípua de se exterminarem crianças e adolescentes, o resultado concreto nos coloca diante não só da necessidade de desbaratarmos esses aparelhos mas, tão importante quanto, desenvolvermos ações de impacto político nacional pela garantia dos direitos fundamentais.

MNMMR/IBASE/NEV-USP, 1990); no Rio de Janeiro, 427 jovens foram assassinados em 1990 (SEPC/RJ), e que, segundo pesquisa elaborada pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) — Informe sobre extermínio de crianças e adolescentes no estado do Rio de Janeiro 1990/1991 —, poderá haver cerca de 420 homicídios desse tipo em 1991; não nos restam dúvidas de que estamos diante de um verdadeiro "genocídio do futuro" no Brasil.

Ainda de acordo com os estudos do CEAP, realizados através de notícias publicadas na imprensa do Rio de Janeiro, "(...) os adolescentes de 15 a 17 anos e, notadamente, os do sexo masculino, são os que estão mais expostos ao extermínio. As projeções indicam que,

SITUAÇÃO EDUCACIONAL

Na década de 80, houve um crescimento expressivo da taxa de escolarização para a população de 7 a 14 anos em todo o País. No entanto, as taxas de evasão e repetência permaneceram altas.

Outro grave problema é o tempo de permanência da criança na escola. A prova da ineficácia do sistema educacional vigente é o baixo índice de conclusão do primeiro grau.

Fonte: Indicadores Sociais, IBGE, 1990

nente de discriminação racial que permeia essas atividades, já que os grupos de extermínio definem previamente quem vão eliminar".

Em face destes números e do perfil étnico-sociocultural das vítimas, parece-nos evidente que a redução até à extinção de toda essa violência passa fundamentalmente pela adoção de políticas públicas específicas, calcadas em programas especiais: formação profissional remunerada, que apresente alternativas para os jovens na faixa de 15 a 17 anos, expurgados do mercado de trabalho devido à baixa escolaridade, à inexperiência, à discriminação racial e à obrigatoriedade do serviço militar; implantação de creches para a faixa de 0 a 5 anos; escolas de turno integral para a faixa de 7 a 14 anos; e pré-escola para os de 5 a 7 anos.

Solução: só democracia. Entretanto, tais proposições que alimentam freqüentemente as discussões das entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente também permeiam discursos de políticos tradicionais. O que se coloca como premência histórica para a eliminação dos níveis absurdos de violência praticada contra esses jovens é a construção da cidadania nacional, que, acreditamos, só será alcançada a partir da democratização das instituições e, paralelamente, no que tange ao problema em foco, da aplicação de saídas pedagógicas cujo núcleo esteja na educação.

Naturalmente firmamos posição por uma pedagogia comprometida com uma visão crítica e transformadora das estruturas de dominação em estruturas de participação, quanto é preciso superar os aspectos repressivos e assistencialistas em seu corpo e assumi-la em sua dimensão propriamente educativa, voltada para o mundo dos excluídos das conquistas processadas na existência humana. A emancipação econômica, política, social e cultural

das camadas concreta e historicamente mais exploradas é condição determinante para o exercício pleno de direitos. É, portanto, essencial que cada sujeito se indigne diante dessa realidade e tome para si o compromisso de contribuir para o cessamento desse cancro social. As Comissões Parlamentares de Inquérito, tanto estaduais como federal, não podem se concretizar em grupos de produção de amontoados de papel sem validade para a punição dos algozes desses crimes. É necessário pressionar o Ministério Público e denunciar os identificados, bem como, por exemplo no Rio de Janeiro, ativar os Conselhos Comunitários de Defesa Civil – artigo 180, capítulo único, título V da Constituição Estadual – com a urgência que todo esse quadro requer.

Em suma, a posição teoricista de fechar-se nos manuais e cartilhas e elaborar a partir deles, e não resolver os problemas colocados pela realidade imediata, certamente não é a solução. Tentar resolver o problema do extermínio como se ele estivesse fechado em si mesmo, e acreditar que, com isso, a situação estaria sendo superada e esses milhares de vidas seriam salvas, também é um equívoco.

Somente a ampla mobilização de todos os setores organizados da sociedade civil, considerados a participação e o engajamento da massa da população, excluída tanto do processo decisório quanto das organizações de esquerda, poderá trazer, a médio e longo prazos, o advento da verdadeira modernidade. Afinal, modernidade não se configura somente em avanços tecnológicos mas, tão importante quanto – e por isso indispensável –, ela é a mudança na forma de pensar o mundo e as relações sociais.

Luis Claudio de Oliveira é técnico do Centro de Documentação do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP).



Direito a especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social

Extermínio de crianças e adolescentes por estados selecionados – 1990

Estado	Total
Sergipe	140
Pernambuco	127
Maranhão	7
Piauí	29
Espírito Santo	16
São Paulo	918
Rio de Janeiro	492
Total	1729

Fontes: SE – AMABA/CESEP; PESP-RJ – DOPS/DPF/MJ; PI – Pastoral do Menor; ES – MNMMR; MA – MNMMR e outros; Pesquisa CEAP

Extermínio de crianças e adolescentes por estados selecionados – 1991 (1)

Estado	Total
Rio de Janeiro	181 (2)
Pernambuco	81
Bahia	34
Alagoas	29
São Paulo	28
Espírito Santo	27
Sergipe	12
Paraná	10
Pará	4
Amapá	2
Total	408

Fonte: MNMMR
Pesquisa CEAP
(1) Referente ao 1º trimestre
(2) Até o mês de maio /91

Brasil – Total de extermínio 1988/1989/1990 4.611

Fonte: DOPS/DPF/MJ
Pesquisa CEAP

UMA NOVA ÉTICA PELA CRIANÇA

O relatório Situação Mundial da Infância 1991, do Unicef, mostra que apenas o surgimento de uma nova ética pela criança pode manter o esforço para criar um mundo melhor para nossas crianças na década de 1990

Regina Vilela

Sócrates achava que a escravidão era normal; Churchill achava-a conveniente para que a Inglaterra controlasse os destinos da África e da Ásia; Dr. Johnson ria da idéia de uma mulher falar em público; Benjamin Franklin tinha a estranha opinião de que os finlandeses e os suecos tinham a pele mais escura que os ingleses e, portanto, eram um pouco inferiores. Todos estes foram homens honrados que partilhavam a sabedoria convencional de sua época. Mas, hoje, suas opiniões servem apenas para mostrar que grandes mudanças na sociedade hu-

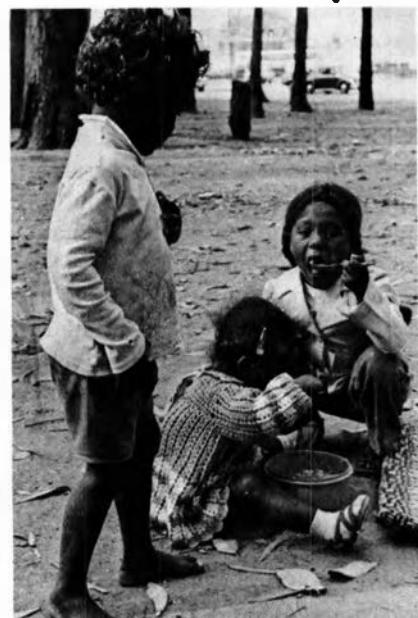
mana exigem mudanças fundamentais na ética predominante.

No recente Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, os presidentes e primeiros-ministros presentes à maior reunião do mundo adotaram a meta de pôr fim às altas taxas de mortalidade e desnutrição infantil até o ano 2000 — e de proporcionar proteção básica para a vida e para o desenvolvimento normal de todas as crianças do mundo. Esta também seria uma mudança significativa na história da humanidade, o que exigirá uma mudança para uma nova ética.

PRIORIDADE IMEDIATA

A essência de uma nova ética pela criança é que ela seja prioridade imediata nas nossas preocupações e que possa contar com esse compromisso nos tempos bons e nos tempos ruins. O desenvolvimento físico e mental de uma criança não pode esperar até que as taxas de juros caiam, ou até que os preços dos bens de consumo se recuperem, ou até que a economia retome o crescimento, ou até que uma guerra termine. Para que a criança sobreviva, seja bem nutrida, receba cuidados de saúde, seja imunizada e freqüente a escola, ela não deve depender dos caprichos dos adultos. A proteção à criança não deve apenas ser uma prioridade, mas, sim, prioridade absoluta. Sempre haverá algo mais urgente. Nunca haverá algo tão importante.

No passado, muitas vezes pode ter sido inevitável que o desenvolvi-



mento da criança fosse exposto aos maus-tratos da sociedade adulta. Mas hoje, pela primeira vez, temos a oportunidade de proteger a vida e o crescimento da criança contra os piores infortúnios e erros do mundo onde nascem.

ÁFRICA E AMÉRICA LATINA

Em todas as regiões, a criança dos anos de 1990 está clamando por uma prioridade imediata dos nossos interesses.

Em grande parte da África e da América Latina, as crianças sofreram — mais e primeiro, não menos e por último — os efeitos da crise da dívida. Se o princípio da prioridade imediata tivesse sido amplamente aplicado, as crianças poderiam ter sido protegidas até mesmo nos tempos mais difíceis.

Nos países em desenvolvimento, programas de construção de hospitais poderiam ter sido adiados em favor da manutenção do suprimento de medicamentos essenciais nos postos da saúde rurais; recursos para a educação superior poderiam

A CRIANÇA DOS ANOS 90

142 milhões de crianças vieram ao mundo durante 1990. Reduza este número imenso para apenas 100 crianças. Veja o que acontecerá com elas na próxima década - UNICEF

Mundo industrializado

Mundo em desenvolvimento

NASCIDOS

12	88
----	----

SOBREVIVERÃO ATÉ UM ANO

12	82
----	----

SOBREVIVERÃO ATÉ OS CINCO ANOS

12	79
----	----

28 desnutridas

VÃO INGRESSAR NA ESCOLA PRIMÁRIA

12	73
----	----

CONCLUIRÃO A ESCOLA PRIMÁRIA

11	44
----	----

VÃO CONCLUIR O SEGUNDO GRAU

9	23
---	----

ter sido reduzidos para que as escolas primárias pudessem continuar abertas; economias poderiam ter sido feitas através do cancelamento da compra de armamentos, e não do cancelamento de subsídios aos alimentos essenciais. E uma atitude consciente deveria ter sido tomada — com o apoio das nações industrializadas — para assegurar que as políticas de ajuste não trouxessem sacrifícios para o crescimento, a saúde e a oportunidade de educação da criança.

PRIORIDADE IMEDIATA NA ÁSIA

Assim como o princípio da prioridade imediata pede atitudes conscientes para assegurar que a criança seja a última a sofrer com os revéses econômicos, também pede atitudes que assegurem que a criança esteja entre os primeiros a serem beneficiados pelo avanço econômico. Portanto, esse princípio é igualmente relevante para a Ásia — onde a maioria dos países manteve um crescimento econômico estável durante a última década.

Apesar de existir um pequeno crescimento na renda *per capita*, o centro gravitacional da pobreza ainda se encontra na Ásia. 30% de todas as crianças que morrem a cada ano, 30% daquelas que não são imunizadas e 40% das desnutridas encontram-se em apenas três países — Bangladesh, Índia e Paquistão. Este fato não acontece apenas em função das enormes populações da Ásia, já que a porcentagem de crianças desnutridas no sul daquele continente é quase duas vezes maior do que na África.

O MUNDO INDUSTRIALIZADO

O princípio da prioridade imediata para a criança ainda está também por ser adotado no mundo industrializado. Durante os últimos dez anos, a proporção de crianças que vivem abaixo dos limites oficiais de pobreza aumentou na maioria das nações ocidentais — incluindo Canadá, Alemanha, Irlanda, Reino Unido e Estados Unidos. No Reino Unido, por exem-

plo, a proporção de crianças de famílias cuja renda está abaixo da renda média da nação mais do que duplicou em uma década — de 12% em 1979, para 26% em 1989. Na cidade de Nova Iorque, 40% das crianças vivem hoje abaixo do limite oficial de pobreza.

Esses problemas não são exclusivamente econômicos. Casos registrados de maus-tratos em crianças na cidade de Nova Iorque quadruplicaram de 600 mil para 2,4 milhões, por ano, nos últimos dez anos. Em algumas nações industrializadas, uma em cada três crianças sofre com a desagregação da família. Em outras, uma em cada seis crianças está sendo submetida a tratamento por algum tipo de distúrbio psiquiátrico. E milhões de crianças vivem em famílias ricas, mas sem amor, e convivem com a imoralidade, a violência e as drogas.

METAS PRINCIPAIS PARA A SOBREVIVÊNCIA, O DESENVOLVIMENTO E A PROTEÇÃO DA CRIANÇA

- (a) Entre 1990 e o ano 2000, redução de um terço nas taxas de mortalidade infantil e de menores de cinco anos, ou a um nível entre 50 a 70 por mil nascidos vivos, o que representar maior redução.
- (b) Entre 1990 e o ano 2000, redução de 50% nas taxas de mortalidade materna.
- (c) Entre 1990 e o ano 2000, redução de 50% nas taxas de desnutrição grave e moderada entre os menores de cinco anos.
- (d) Acesso universal à água potável e ao saneamento básico.
- (e) Até o ano 2000, acesso universal à educação básica e à conclusão da educação de primeiro grau de, pelo menos, 80% das crianças em idade escolar.
- (f) Redução de 50%, no mínimo, na taxa de analfabetismo entre os adultos, em relação a 1990 (o grupo etário apropriado será definido em cada país), com ênfase na alfabetização das mulheres.
- (g) Melhoria na proteção às crianças que vivem em circunstâncias particularmente difíceis.

Fonte: UNICEF



Direito a um nome e uma nacionalidade

EUROPA ORIENTAL E CENTRAL

A lição que deve ser aprendida com a crise da dívida é que, a menos que tenhamos políticas específicas para proteger as crianças, quem mais sofrerá, sem dúvida, serão elas. Em outras palavras, é principalmente nos períodos de transição e turbulência que o princípio da prioridade imediata para a criança é mais necessário.

Neste momento, tal princípio é de relevância óbvia para a URSS e os países da Europa Central e Oriental.

Após a liberação de preços, já há evidências, tanto na Polônia quanto na Hungria, de um declínio significativo no consumo de leite e carne durante o ano passado. O custo dos itens essenciais, como medicamentos e livros escolares, sofreu um aumento tão grande que o Ministério da Educação da Polônia estima que o material escolar necessário para uma criança no primeiro ano da escola primária ultrapassou 50% do salário médio mensal.

Em todas as regiões do mundo, a melhoria na qualidade de vida das crianças durante os anos de 1990 dependerá da crescente aceitação desta nova ética pela criança, uma ética que exija que a criança seja a primeira a se beneficiar dos sucessos da humanidade e a última a sofrer devido a seus fracassos; uma ética que reconheça que é através da maneira pela qual uma sociedade protege e cuida de suas crianças que será medido seu grau de civilização, que será testada sua humildade e que será formado seu futuro.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

O BRASIL DOS INVENCÍVEIS

Ligia Costa Leite

A INFÂNCIA REPRIMIDA

Medo, extermínio, desaparecimentos, violência, mortes, assaltos são algumas das palavras mais proferidas nas cidades brasileiras hoje, e deixam toda a sociedade, indistintamente, sem ação. Esta onda indiscriminada de terror não é, obviamente, de responsabilidade dos agentes aparentes — o “delinquente” e a polícia —, que são fruto de um projeto de nação que remonta à época do Brasil Império e que persiste até hoje.

Os idealizadores do Brasil sempre alijaram aqueles que os ameaçavam com sua exuberância, modo de viver e pensar a realidade diferente do que seria imaginado como ideal. Por isso, aprisionaram os índios que aqui viviam para “catequizar-los” a fim de que servissem docilmente ao “senhor”. Depois, patrocinaram o tráfico negreiro, ao usarem, da mesma forma, a catequese para a submissão. Darcy Ribeiro costuma dizer que o negro foi o “carvão que os portugueses usaram para a produção de suas riquezas nos latifúndios”.

De fato, até hoje nenhuma alternativa de vida e educação foi cogitada para essa parcela da população. O internato e o extermínio físico e psíquico têm sido as únicas opções.

A questão do “menor abandonado” e do “menino de rua”, que hoje incomoda tanta gente, também começou no século XVIII, quando surge, por inspiração italiana, a Casa dos Expostos, mais conhecida como Roda. Ali crianças negras, recém-nascidas, eram depositadas na esperança de que viessem a “ser livres”. Sabe-se que 90% dessas crianças morriam antes de comple-



A história mostra, desde o Brasil Império, a violência, a repressão e o extermínio de crianças no País. O sistema escravagista e a cultura afro-brasileira apresentavam os sinais da situação que vivenciamos nos dias atuais

tar um ano de idade, especialmente por falta de amor.

Em 1834, através de decreto do Juiz de Orphãos do Distrito Federal, datado de 4 de julho de 1832, cria-se a Escola de Aprendizes de Marinheiros. O objetivo era receber adolescentes de rua para enquadrá-los na rígida disciplina (inspirada na marinha inglesa) que ali imperou até 1910, quando houve a revolta da chibata, liderada pelo “Almirante Negro”, João Cândido.

Em 1889, é inaugurada a Escola Correcional XV de Novembro. Hoje na Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (Funabem), escolariza os alunos fora do internato.

A partir de 1900 multiplicam-se, pelo País, essas instituições, cujas denominações — institutos disciplinares, reformatórios, preventórios,

escolas confessionais — denunciavam seus objetivos de corrigir e coibir a conduta anti-social, rebelde, irreverente e ameaçadora, associados ao de amparar esses pobres miseráveis.

É óbvio que a criança pobre, negra, despossuída de tudo, até da posse de seu próprio corpo, era uma ameaça em potencial à paz e à harmonia social, já que representava o lado negro e patológico da pátria-mãe. Rui Barbosa afirmava que “Pátria é a família amplificada”, e essa criança era, dentro da família, um “germe que precisava ser esterilizado”.

Em suma, a internação tinha duplo sentido: garantir à sociedade “bem nascida” o bem-estar e a segurança; e, simultaneamente, punir esses Invencíveis, pelas alternativas que encontravam para sobreviver.

João R. Ripper

Por outro lado, o internato era uma forma de retirá-los da rua, da circulação livre, da vista da sociedade e, finalmente, da esperança de vida e de poderem participar da história coletiva do País. Sob um discurso moralizador e de piedade — superar a ‘infelicidade’ de que são vítimas —, praticava-se a violência, a repressão e o extermínio psíquico.

As oportunidades sociais oferecidas a essas crianças quase sempre estiveram associadas à sua morte psíquica, já que precisariam negar-se a si mesmos, sua cultura e seus valores, para serem aceitas pela sociedade. A educação e a escolaridade, respeitando suas formas de agir e pensar diferenciadas, em função de suas heranças culturais, apesar de co-gitadas, nunca foram efetivadas. E foi exatamente por isso que se tornaram Invencíveis ao sistema instituído.

OS INVENCÍVEIS E SUAS RAÍZES

Fica evidente que os Invencíveis têm uma origem que tem sido negada em nome de uma escola igualitária de direitos e conteúdo. De onde vem esta herança e magia que os fazem resistirem ao sistema e, simultaneamente, fazem com que o sistema resista em incorporá-los com sua história e contexto cultural diferenciado?

Um olhar mais aprofundado sobre o tema nos levará a evitar simplificações que os apontam como consequência exclusiva de um sistema capitalista, explorador e concentrador de riquezas. Não que isso não seja verdade, mas é apenas parte da questão.

O menino de rua tem sua origem no sistema escravagista, nas senzalas, quando os escravos, em sucessivas rebeliões, fugiam para as ruas (ou quilombos, nas zonas rurais). A rua tornava-se a alternativa mais completa de esconderijo e liberdade, e abriu-se para uma vida subalterna de pequenos serviços ou, simplesmente, para a sobrevivência através do “cisco da grande cidade”: “São heróis da utilidade os

que apanham o inútil para sobreviver”, escreve João do Rio, um cronista carioca do início do século.

Esses meninos, que hoje tanto atormentam as autoridades e a sociedade, são portadores de uma cultura afro-brasileira que tende a ser ignorada por todos e os faz se tornarem Invencíveis a dominação cultural que querem lhes impor. Talvez esteja aí a chave da questão racial brasileira: o

PERFIL DOS ASSASSINATOS EM 1990

A pesquisa do Centro de Documentação do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), realizada através das notícias publicadas na imprensa do Rio de Janeiro (junho a agosto de 1990), revela que 75% das crianças e adolescentes assassinados, cuja cor foi identificada, são negros. As mulheres representam 13% do total. A faixa etária que concentra maior número de assassinatos é a de 15 a 17 anos, representando 73% do total. É significativo também o resultado encontrado para as faixas inferiores. A de 10 a 14 anos concentra 15% do total, e a de 0 a 9 anos, 8% (4% de casos não foram identificados).

negro sempre foi visto como a causa de nosso desenvolvimento interrompido, e sua imagem, ligada à lascívia, preguiça, sujeira, indolência, vadiagem, promiscuidade, vício, ser refratário ao trabalho, etc. Para ser aceito como cidadão tem que se tornar branco, como tantos negros que ascenderam socialmente.

Ignorar a cultura afro-brasileira tornou-se uma prática das elites dirigentes e da grande maioria dos professores que atuam na escola pública brasileira. Geralmente, a explicação do sucesso e do fracasso escolar é feita a partir de fatores individuais, entre os quais são privilegiados os afetivos, os nutricionais e os emocionais. A idéia de que o que há de errado com a criança pobre é o fato de ela sofrer “carências” é tão habitual e recorrente que pode



Direito à alimentação, moradia e assistência médica adequadas para a criança e a mãe

chegar a ser considerada o núcleo do “senso comum” do magistério. Na realidade, a herança que os Invencíveis receberam de Zumbi dos Palmares e de Tia Ciata, e da luta, por eles liderada, com vistas a resistir a esse sistema que os nega como cidadãos e seres humanos, ainda não ocupa lugar relevante nas preocupações do professor.

É por isso que o número deles vem crescendo assustadoramente. Em 1975, havia 25 milhões de “menores carentes” e dois milhões de “abandonados” no País. Em 1982, a Funabem constatava que eram 36 milhões, dos quais oito milhões de “abandonados”. Em 1989, o IBGE e o Unicef concluíam que o número havia crescido para 49,6 milhões, o que corresponde a quase 87% da população infantil brasileira.

Assim, assumir o desafio de escolarizar essas crianças a partir do conteúdo que elas trazem, com o respeito às suas características culturais, é tarefa prioritária para toda a Nação. Educá-las para que exerça a cidadania, a fim de que não se tornem marginais à sociedade a que pertencem. E, enfim, propiciar-lhes a verdadeira profissionalização de uma sociedade letada — a capacidade de ler, escrever e contar.

Ligia Costa Leite é professora e Mestre em Filosofia da Educação. Idealizadora e criadora da proposta da Escola Tia Ciata, Rio de Janeiro, para meninos de rua.

Marcelo de Oliveira



- 1985 (IBGE, 1987) revela que pelo menos a metade de nossos pobres são crianças, na medida em que elas representam 48% das pessoas em situação de pobreza (renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo) e 54% das pessoas na miséria (renda familiar *per capita* de até 1/4 de salário mínimo). Superada a barreira da sobrevivência no primeiro ano de vida, outros obstáculos se colocam para que as crianças e adolescentes possam desenvolver-se integralmente, como a dificuldade de conciliar a necessidade de trabalhar e o estudo. Em 1986, somente 59% das crianças e adolescentes de 10 a 17 anos apenas estudavam, enquanto 30% trabalhavam, sendo que 12% conciliavam as duas atividades.

O GOVERNO COLLOR E OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rosana Heringer e Almir Pereira Júnior

A situação extrema a que estão submetidos esses milhões de crianças e adolescentes revela-se na morte violenta de muitos meninos e meninas em todo o País

O modelo de desenvolvimento implementado no País nas últimas décadas produziu um quadro de desassistência que vem sacrificando, principalmente, 58 milhões de crianças e adolescentes brasileiros — cerca de 43% da população, em 1986.

Para a maioria das crianças e adolescentes brasileiros, sobreviver é um desafio que começa com o fato de nascerem nas famílias situadas nas faixas de renda mais baixas da população. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD

Situação extrema. A infância e a adolescência, vivenciadas dentro desse quadro de carência generalizada, transformam-se, de um período de formação e crescimento, em uma fase atravessada com enorme carga de responsabilidades, necessidades não-atendidas e, acima de tudo, violências. A rua apresenta-se como espaço concreto de sobrevivência. A Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA, antiga Funabem) aponta sete milhões de crianças e adolescentes que vivem quase que permanentemente na rua. Estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (Ibase), em Salvador (BA), em março de 1990, apontou cerca de 2.400 crianças e adolescentes na rua, pela manhã, e 1.500 à noite, seja trabalhando, esmolando, brincando ou dormindo, entre outras situações (Ibase, 1990).

A situação extrema a que estão submetidos esses milhões de crianças e adolescentes revela-se na morte violenta de muitos deles em todo o País. Pesquisa recentemente realizada pelo Ibase e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) constatou que ocorreram — e foram noticiadas na

Para uma real democratização da sociedade brasileira é necessário garantir, imediatamente, a implantação de políticas sociais que se destinem a diminuir as desigualdades existentes

imprensa — 457 mortes violentas de pessoas de 0 a 17 anos em 1989, em três regiões metropolitanas do País (Ibase/MNMMR, 1990), o que significa mais de uma criança ou adolescente assassinado por dia.

Diante da gravidade da situação das crianças e adolescentes no Brasil, muitas entidades têm-se constituído, com o objetivo de defender os direitos dessa parcela da população. Ao longo da década de 1980 esses movimentos obtiveram várias conquistas, especialmente durante

a Assembléia Constituinte, e, mais recentemente, com a aprovação e entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Esses avanços legais, no entanto, representam uma conquista parcial, dentro do conjunto de medidas necessárias para garantir melhores condições de vida para as crianças e adolescentes brasileiros. Torna-se fundamental agora o estabelecimento de políticas que visem a transformação do quadro atual de injustiças e desassistência.

VAZIO DE INFORMAÇÕES

Entre evasivas e discursos pomposos, o governo Collor de Mello ultrapassa seu primeiro ano. Mas, se em palavras e manchetes ele esbanja ambição e promessas, em nível das ações de política pública existe um vazio. Os textos oficiais de apresentação das alardeadas iniciativas governamentais (Projeto Ministério da Criança, Projeto de Reconstrução Nacional, Plano Nacional de Combate à Violência contra a Criança e o Adolescente, por exemplo) são um primor de retórica, enumerando projetos, programas, objetivos e ações a serem implantados para resolver, de uma vez, as carencias apresentadas. Porém, são altamente imprecisos no que diz respeito à origem dos recursos, cronogramas, autoridades/entidades competentes para execução e coordenação de trabalho. Tais informações, quando não são omitidas totalmente, são passadas de modo vago e até contraditório em pronunciamentos públicos.

Nessa ardilosa estratégia, o governo reafirma sua vocação de resolver políticas utilizando lógica de marketing. Por decreto ou entrevistas, "resolve" os problemas nacionais, mas caso um incauto curioso queira maiores informações acerca de como,

quando, por quem e com quanto serão implementadas as ações prometidas, ficará no vazio. E pior, como este é o país em que "vale o que está escrito", o governo não se compromete com nada. Exemplo: após receber inúmeras críticas acerca do Projeto *Minha Gente*, o governo desmentiu os números e prazos que havia divulgado no lançamento do projeto.

O que de mais concreto existe atualmente acerca do que o governo está-se propondo a realizar é o Plano Plurianual para 1991/1995, que irá embasar a aplicação dos orçamentos da União, a ser aprovado no Congresso Nacional. Tal plano, porém, no tocante à população infanto-juvenil, parece desconhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente, pautando-se ainda numa lógica assistencialista. Porém, mesmo sem ter o orçamento nacional votado, o governo cita cifras vultosas, com imensa desenvoltura, para todas as áreas.

Se o atual governo quer realmente se apresentar como sério e democrático, que, no mínimo, cumpra sua obrigação de informar com precisão e clareza como realizará o trabalho, deixando de lado os belos, porém ociosos e enganosos, discursos. (Almir Pereira Júnior, Ibase)



Direito à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente

Para uma real democratização da sociedade brasileira é necessário garantir, imediatamente, a implantação de políticas sociais, especialmente aquelas que se destinem a diminuir as desigualdades existentes.

Políticas sociais. As políticas destinadas ao atendimento das necessidades básicas, principalmente da população mais pobre, agrupadas sob o rótulo de políticas sociais, não chegaram a ocupar, ao longo da história brasileira, papel de destaque nos planos do governo e nas dotações orçamentárias, quadro que se fez presente na década de 1980. Ao mesmo tempo, quando executadas, as políticas destinadas a amenizar as difíceis condições de vida da maior parte da população, na maioria das vezes não trabalham no sentido de diminuir as desigualdades sociais existentes.

Conforme já apresentado, acreditamos que o não-acesso de milhões de brasileiros de 0 a 17 anos a direitos básicos, como saúde, educação e alimentação, é parte de um processo geral de pauperização por que passa a população de baixa renda no País, para o qual contribui o agravamento crescente da crise econômica.

Essa exclusão de milhões de crianças e adolescentes dos benefícios sociais mínimos produziu uma camada altamente fragilizada quanto às suas garantias de sobrevivência, atingida pelo abandono, violência e falta de perspectivas de vi-

da. Essas crianças e jovens passaram, assim, a conviver com o preconceito, com a visão presente no senso comum de que eles são potencialmente "perigosos". O processo de luta por direitos, porém, continua na medida em que eles ainda não passam de um texto jurídico que precisa ganhar corpo na sociedade. A conquista de melhores condições de vida para os brasileiros, especialmente as crianças e adolescentes, precisa tornar-se efetiva-

volvimento adotado no País. Assim, as políticas sociais de caráter distributivo foram negligenciadas, o que contribuiu para maior ênfase nas de caráter assistencialista. Junte-se a isso o fato desses programas serem freqüentemente utilizados de maneira clientelista, e colaborarem para a deterioração da sua qualidade e má aplicação dos recursos a eles destinados.

Assim, chegamos ao início da década de 1990 com um quadro ex-

Peter Wery



Chegamos ao início da década de 90 com um quadro extremamente preocupante no que diz respeito à situação das crianças e adolescentes

mente uma prioridade política.

As políticas sociais, tanto na "Nova República" como no atual governo, foram pensadas e executadas, como afirmou o próprio presidente Collor, com vistas a "corrigir as distorções da economia de mercado" (Mello, 1990), sem a preocupação em transformar o modelo de desen-

tremamente preocupante no que diz respeito à situação das crianças e adolescentes. Acreditamos que a transformação desta realidade é um desafio para a democratização da sociedade brasileira. Se o governo Collor, por um lado, incorporou em seu discurso os princípios básicos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, sua estratégia de ação no campo da defesa e promoção dos direitos não trouxe, até o momento, contribuições efetivas para colocá-lo em prática. Logo no início do seu governo a reforma

administrativa promovida transformou a antiga Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (Funabem) em Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA). A mudança de sigla inscrevia-se num esforço de reformulação total do atendimento à criança e ao adolescente no Brasil. O principal caráter da FCBIA seria o de um órgão destinado a cumprir o ECA nos seus diversos níveis. Esqueceu-se o governo, porém, que o próprio Estatuto prevê os seus mecanismos de implantação, cumprimento e fiscalização de medidas, centrados nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nos níveis federal, estadual e municipal, e nos Conselhos Tuteladores municipais. Observamos, portanto, um choque de atribuições, sem falar no paralelismo de ações, já presente entre FCBIA e Legião Brasileira de Assistência (LBA) no atendimento às necessidades das crianças e adolescentes.

Projetos megalômanos. Em maio de 1990 o governo Collor lançou o programa *Ministério da Criança*, destinado a integrar as ações de atendimento e assistência à população de 0 a 17 anos. Anunciado como a maior ousadia do governo federal na área, e com um texto de apresentação que privilegia o "marketing" em torno da proposta, o *Ministério da Criança* ainda não passa de uma idéia. Aborda pontos que vão dos exames pré-nupciais às bibliotecas itinerantes, da vacinação à educação ambiental, mas tem características de mais um projeto megalômano que, sem a devida atenção dispensada à realidade local do atendimento às crianças e adolescentes, corre o risco de não sair do papel.

Também possui características megalômanas o projeto *Minha Gente*, apresentado recentemente como "a solução" para os problemas de educação, saúde, alimentação e abandono das crianças e

adolescentes brasileiros. Questionamos essa proposta na medida em que ela uniformiza o atendimento em nível nacional, sem levar em conta as peculiaridades locais, e, ao mesmo tempo, tem como ponto de partida a experiência dos Cieps no Rio de Janeiro sem, no entanto, incorporar as diversas avaliações críticas que vêm sendo produzidas sobre esse mesmo programa.

Acima de tudo, porém, é mais uma vez o caráter autoritário da

Everaldo Rocha



medida o maior motivo de preocupação. O projeto *Minha Gente* foi planejado e já está em fase de execução sem ter sido discutido e avaliado nos fóruns destinados a direcionar a política de atendimento a crianças e adolescentes, isto é, os Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelecidos pelo Estatuto. Trata-se de um mau começo para um projeto de tamanha magnitude e com objetivos tão fundamentais para o resgate da cidadania de crianças e adolescentes.

No que diz respeito à ação do governo Collor em relação às crianças e adolescentes, vale destacar, por fim, o Plano Nacional de Combate à Violência contra a Criança e o Adolescente. Este plano surgiu a partir da iniciativa de um grupo de trabalho criado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça, destinado a discutir e propor soluções para a diminuição da violência contra crianças e adolescentes. O grupo foi formado pelo Ministério da Justiça, OAB, CNBB, Fórum DCA, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) e Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos.

O relatório final do trabalho dessa comissão apresenta as seguintes ações a serem desenvolvidas: a) investigação e apuração exemplar de alguns crimes praticados por grupos de extermínio contra crianças e adolescentes nos diferentes estados onde houve denúncias; b) revisão e melhoria da ação institucional das polícias; c) articulação entre o Estado e a sociedade, através da criação de comissões nos diversos níveis da administração para cuidar das denúncias de casos de extermínio; d) campanhas de opinião pública no sentido de mobilizar a sociedade para discutir a questão; e) ações integradas de combate à violência, com articulações entre o Ministério Público, secretários estaduais de Justiça, de Segurança Pública, dirigentes das polícias estaduais e federal, FCBIA; e f) implantação imediata do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Precária viabilidade. Nossa preocupação, no entanto, refere-se ao real empenho, por parte do governo federal, em viabilizar as medidas propostas por esse grupo de trabalho. Sabemos todos das dificuldades



Direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade

O Ministério da Criança ainda não passa de uma idéia, e corre o risco de não sair do papel

e limites de ação na área da segurança pública, na medida em que vão de encontro a interesses de grupos que apostam, para suas ações, na inoperância das políticas de justiça e segurança. Preocupa-nos, ao mesmo tempo, o fato de que a maioria das medidas propostas no plano que foi divulgado em março ainda não tenha sido colocada em prática.

Por fim, espanta-nos o fato de que, no Programa de Reconstrução Nacional, proposto pelo governo Collor, não exista a atenção necessária a ser dispensada à questão da segurança pública. Ao mesmo tempo, no capítulo relacionado à questão social, o governo trata de maneira tímida as desigualdades existentes, ao apresentá-las como "fenômeno persistente que vem acompanhando as diversas etapas do processo de crescimento". Isto significa não ver as desigualdades sociais como fruto do próprio modelo de desenvolvimento adotado no Brasil através dos séculos, e, portanto, não reconhecer que não é apenas a retomada do crescimento econômico que garante a transformação deste quadro.

Rosana Heringer e Almir Pereira Júnior
são sociólogos e pesquisadores do Ibase.

O SINDICALISMO E O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Jorge Barros

A utilização do trabalho de crianças e adolescentes configura-se como componente estrutural da economia brasileira. No entanto, esse importante segmento ainda não encontrou seu espaço na pauta do sindicalismo no País

Asociedade brasileira organiza sua produção de formas diversificadas. Duas delas são destacadas, embora não sejam estanques nem independentes. Por um lado, no conceito de Edmar Bacha, um país assemelhado à desenvolvida Bélgica, seja pelo parque industrial — hoje um tanto sucateado pela década perdida, pelo fenômeno Collor, e não tão belga assim —, padrão de consumo dos 10% mais ricos, acesso à cultura e parâmetros correlatos de civilização. Por outro lado, convive com esse país pujante outro, assemelhado à Índia, que se traduz num país com imensa população, formas atrasadas de produ-

ção, padrão de consumo alimentar abaixo da necessidade calórica diária de um ser humano, e padrões de vida dos mais baixos do mundo (conforme indica o Índice de Desenvolvimento Humano — IDH —, da ONU, em relatório de 1991).

No âmbito político e social, essa dupla nação apresenta-nos também a sua diferenciação. Próximo da chamada economia visível, ou legal, a produção é cercada de normas, muitas vezes burladas, que estabelecem a intermediação dos interesses contrários. Assim, patrões e empregados do Brasil ideal, a parte belga, têm múltiplas formas de organização: sindicatos, fede-

rações, clubes de serviços, associações de moradores e culturais, dentre outras. No Brasil indiano, que congrega quase 80% do país real, nada disso acontece. O pacto organizativo é também informal e rompido a qualquer momento, desde que seja para “levar vantagem”. Em última instância, vale a lei do mais forte.

Ausência dos sindicatos. O sindicalismo brasileiro só se encontra na parte belga do País, pois atua apenas junto aos trabalhadores sindicalizados, que não chegam a 20% do total de trabalhadores ocupados, o que expressa o carcomido corporativismo que domina os sindicatos. Junto aos trabalhadores do Brasil indiano, o sindicalismo não tem representação nenhuma.

É exatamente no mercado informal de trabalho que está situada a imensa maioria de crianças trabalhadoras, posto que o Brasil belga, o do mercado formal de trabalho, não emprega mais do que 4% de todas as crianças e adolescentes (10 a 17 anos) ocupados. Vale lembrar que nem mesmo a esse número pequeno de jovens trabalhadores do mercado formal os sindicatos atendem, posto que a filiação só é prevista a partir dos 18 anos, e os sindicatos não possuem nenhum mecanismo de participação dos jovens, como departamentos juvenis, pré-sindicalização e formas seme-



TRABALHO

É bastante significativo o contingente de crianças e adolescentes que tem uma atividade econômica. Embora o trabalho dos menores ainda seja mais freqüente na área rural, tem aumentado bastante nas áreas urbanas. A idade, o sexo e a condição socioeconômica da família são variáveis fundamentais para explicar a inserção das crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

A maioria dos menores que trabalham é empregado, não tem carteira assinada, ganha salários muito baixos e tem uma carga de trabalho equivalente ou superior a 40 horas semanais.

Fonte: Indicadores Sociais (IBGE/Unicef), 1989

CARTEIRA ASSINADA

Entre as muitas condições ruins de trabalho, está o fato de que crianças e adolescentes trabalham sem nenhum vínculo empregatício.
de 10 a 14 anos – 10,7%
de 15 a 17 anos – 32,6%

Renda de quem tem de 10 a 14 anos

Nesta faixa etária, 6,5% dos jovens contribuem com 30% do rendimento familiar, mas a baixa remuneração ainda é uma característica do trabalho de crianças e adolescentes. Sem rendimentos – 43,9%
Até 1/4 de salário mínimo – 18,9%
De 1/4 a 1/2 salário mínimo – 15,8%
Até 1/2 salário mínimo – 21,1%

Renda de quem tem de 15 a 17 anos

Embora melhor remunerada, é nessa faixa de idade que está o maior porcentual de crianças que contribuem para 30% da renda da família – 17%

Sem rendimentos – 21%
Até 1/4 de salário mínimo – 9%
De 1/4 a 1/2 salário mínimo – 14%
Até 1/2 salário mínimo – 66,7%

Fonte: IBGE/dados de 1988
JB, 19/12/90

lhantes. Exceção talvez se faça aos sindicatos rurais, devido à presença maciça de crianças e adolescentes ocupados na agropecuária – 42% dos jovens ocupados no País estão em atividades nesse setor. Ainda assim, desconhecemos que essa participação se dê de forma orgânica.

O que as lideranças sindicais deste País parecem não ter percebido é que o trabalho da criança e do adolescente, assim como o trabalho compulsório da mulher, principalmente a das classes populares, é grande reforçador da estrutura ocupacional brasileira, que, por sua vez, mantém a péssima distribuição de renda e o crescente rebaixamento dos salários, pois a lógica dos planejadores de plantão, governamentais ou empresariais, é a de manter mínima a renda familiar. Não se trabalha com o valor do trabalho ou a necessidade básica de consumo do trabalhador, mas a da família. Assim, se na década de 1960 uma pessoa sustentava a casa, hoje se necessita de, pelo menos, duas pessoas, embora não tenha havido melhoria na renda familiar, muito pelo contrário.

Tecnologia da miséria. A defasagem tecnológica da indústria brasileira está-se dando paralelamente à utilização intensiva de mão-de-obra. Apesar da elevação da taxa de desemprego, percebe-se também a elevação do número de trabalhadores ocupados, fruto da necessidade de manutenção da renda familiar por um número cada vez maior de pessoas. Nesse contexto, a utilização do trabalho de crianças e adolescentes configura-se como um componente estrutural da economia brasileira, que, se não controlado, não possibilita alteração do quadro de miséria que se amplia consideravelmente a olho nu.

Lugar de crianças é na escola – é a nossa compreensão. Como nos países desenvolvidos, a criança brasileira deve ser preparada intelectualmente para, mais tarde, esco-



Direito à educação gratuita e ao lazer infantil

lher uma profissão e exercê-la com dignidade. Aceitarmos que as crianças trabalhem sob o argumento de que são necessárias para contribuir na renda familiar significa aceitarmos a cristalização da miséria. É aceitarmos os vis salários, a péssima distribuição da renda, a extensa jornada de trabalho.

Exploração das crianças. As crianças brasileiras, no exercício das suas atividades laborantes, seja no mercado formal ou informal de trabalho, precisam de proteção, de garantias trabalhistas – já asseguradas na Constituição – e de condições adequadas. Ninguém fiscaliza isso, e a degradação e a exploração se tornam cada vez maiores.

Esta reflexão vai na direção de convocar o sindicalismo brasileiro a refletir sobre o trabalho de crianças e adolescentes, e vislumbrar nestes a categoria, aparentemente invisível, que constituem – a de trabalhadores –, e que, enquanto tais, precisam também da solidariedade dos sindicatos. Tanto quanto do fim da violência, do extermínio, da discriminação racial, dos abusos sexuais e muitos outros males que infelicitam a infância e a juventude neste país.

Jorge Barros é sociólogo do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP).

CRIANÇAS DE RUA, CRIANÇAS-HERÓIS

J. R. Ripper



Ivone Barreto da Silva

Em Salvador cresce a cada dia o número de meninos e meninas de rua. Aos seus sonhos de uma vida digna se contrapõe uma realidade violenta, de sofrimento e de miséria. O Projeto Axé procura entender e buscar caminhos para tão grave situação

Afalta de informações sobre a real história dos meninos e meninas de rua tem levado a sociedade, muitas vezes, a questionar-lhes o comportamento e exigir deles uma conduta diferente. Apesar das inúmeras tentativas dos estudiosos, jamais saberemos o que é realmente ser um menino ou menina de rua. Nem conseguiremos entender os motivos que os levam a optarem por viver nas ruas, comer nos lixos, arriscar cada segundo da vida que Deus lhes permite viver, se não abrirmos nossa mente e coração para decifrar sua mensagem de vida.

Ao contatarmos esses meninos e meninas, percebemos que o seu

grande sonho é ter uma vida digna, casa, alimentação, educação, saúde, lazer. Nada mais, nada menos que um pai, uma mãe, irmãos, uma família a seu lado para compartilharem o amor e o respeito.

Mas o que eles realmente conhecem e têm é um barraco na periferia, uma mãe impaciente ou submissa, marcada pelo sofrimento, um pai desconhecido ou violento, uma família destruída, uma vida sem esperança.

Sabemos que todos os seres humanos refletem as suas experiências de vida. A criança vai formando a personalidade de acordo com a realidade em que vive: a amada e desejada se fortalece de amor e

prepara-se para enfrentar a vida e, daí, lutar pelo seu ideal; aquela que é rejeitada e abandonada se fortalece de dor e ódio, e prepara-se para 'enfrentar' o mundo e sobreviver.

Para o menino e menina de rua há uma escala de sofrimentos, que se inicia pela carência, seguida pelo abandono. Aqueles que conseguem sobreviver passam a 'tomar' o que não lhes foi dado por direito. Nesse patamar evolutivo meninos e meninas de rua são chamados de "pivetes", "trombadinhas", "marginalinhos", e passa-se a clamar por medidas mais severas. A sociedade reflete, então, em suas ações e omissões, sua face mais cruel, na figura dos exterminadores.

A sociedade se esquece que aquele menino ou menina que ela qualifica de "marginalinho", um dia nasceu no corredor de um hospital ou posto médico, ou até mesmo numa viela escura ou no frio de um barraco; cresceu acompanhando sessões de miséria e dor no seu 'lar'; em decorrência disso, fugiu para as ruas para ser usado, viciado, violentado; e, por isso, perdeu a esperança de ser gente, e resolveu alimentar e libertar a fera que existe em todos nós, mas que é domada e polida pelo amor e respeito que recebemos de nossos semelhantes.

Mas, quem são os culpados? Deus, o governo, a sociedade, a família? E o que poderemos fazer para pagarmos esta grande dívida social e darmos um fim neste genocídio que sacrifica o futuro do País?

Idéias mirabolantes, faraônicas e espetaculares se transformam em projetos, discussões, polêmicas e debates. Mas pouca coisa de concreto se faz, pois implica um grande investimento de interesses, renúncia, trabalho e honestidade; e nós — sociedade, governo, família, povo — não estamos dispostos a nos sacrificar.

Construir, com essas crianças, uma proposta de vida, resgatar-lhes a confiança, o amor próprio, a auto-estima e o auto-respeito, devem ser prioridades nacionais, e não apenas temas de discursos inflamados. Cada um de nós deve assumir nosso preponderante e irrecusável papel.

Devemos ouvir a mensagem dos meninos e meninas de rua e refletir sobre toda a emoção que demonstram, pois este é o retrato dos seus sonhos e pensamentos: as



Direito a ser socorrido em primeiro lugar, em caso de catástrofes

A SOBREVIVÊNCIA DAS MENINAS

Nas ruas de Salvador, hoje com mais de 12 mil crianças, o que mais impressiona são as pequenas prostitutas — meninas entre 11 e 15 anos que ganham a vida usando o próprio corpo.

L., 15 anos, veio de Itabuna ganhar a vida em Salvador e acabou se especializando em atender marinheiros nos navios fundeados na Baía de Todos os Santos. Junto com as amigas ela circula pela área do Mercado Modelo em busca de clientela estrangeira — "Eu gosto de dólar, aquelas notinhas verdes são o ouro, os navios são lindos por dentro, ganho de 20 a 60 dólares. Dá pra ficar curtindo a semana toda".

Segundo o Projeto Axé, uma das várias entidades que trabalha

com meninos e meninas de rua em Salvador, estas meninas crescem na rua, numa área em que a prostituição é tradicional em Salvador. É assim que elas aprendem a sobreviver desde cedo e acabam sofrendo violências sexuais e um processo de destruição da personalidade. Perdem a auto-estima e a primeira coisa que falam é que nada têm a perder.

O Projeto Axé atua em Salvador atualmente com 26 educadores de rua especialmente treinados para o contato com estas crianças. Os objetivos básicos são: capacitação profissional, formação para o exercício da cidadania e formação cultural básica.

Fonte: Jornal do Brasil, 24/2/91

histórias de vida de cidadãos brasileiros que limpam os vidros dos carros, vendem balas nas sinaleiras, enfrentam o chão quente e a noite fria.

Mudar o nosso olhar para essas crianças de rua, crianças-heróis, carentes, confusas, indignadas, inteligentes, criativas, é o desafio que o Brasil deve assumir.

Devemos nos livrar do jugo das mentiras e meias-verdades, assumir os erros cometidos e, a partir daí, provocar mudanças. Não temos mais o direito de cometer erros.

Devemos ser "combatentes provisórios de uma causa quase eterna do homem, acreditando ter como bandeira, se não o sonho perfeito, a melhor utopia possível". Devemos sonhar e construir um país digno e humano onde não se ouça mais falar em dor, sofrimento e abandono.

Ivone Barreto da Silva é uma das coordenadoras do Projeto Axé, de Salvador (BA).

A PROSTITUIÇÃO DE MENINAS E ADOLESCENTES NO RECIFE

Retrato avesso do moralismo, a prostituição — condenada e consumida — vira condição e modo de sobrevivência das meninas nas ruas de Recife

Ana Vasconcelos

O Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente — Casa de Passagem realiza, na cidade do Recife, um trabalho de apoio a meninas e adolescentes que sobrevivem nas ruas da cidade ou nas “casas de prostituição” que lá proliferam.

Situada no centro da cidade (Rua da Soledade, 353), a Casa de Passagem é um espaço educativo aberto que atende, diariamente, uma média de sessenta meninas.

Sobrevivência nas ruas. Em recente pesquisa (Censo e Estudo Qualitativo) que, neste momento, está sendo concluída pela equipe da Casa de Passagem, foram encontradas, no espaço de quarenta dias, mais de mil meninas e adolescentes mulheres que buscam a sobrevivência nas ruas e nos bordéis.

A miséria econômica expulsa meninas para as ruas. No trabalho realizado pela equipe do Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente — Casa de Passagem, nas comunidades pobres da cidade do Recife, são testemunhados estupros e incestos que, muitas vezes, acontecem para forçar as meninas a buscarem, nas ruas, a própria sobrevivência. As famílias que assim expulsam, em função do grau extremo de misé-

ria, o fazem por não mais poderem alimentar essas adolescentes — suas filhas. O que fazer, então? A menina cresceu e hoje significa uma boca cada vez mais exigente a ser alimentada. O trabalho doméstico pesado que desempenhava em casa é hoje feito por suas irmãs menores. O casamento não veio, o emprego é cada vez mais incerto.

fere a equipe da Casa de Passagem.

As coisas se agravam quando sabemos que as crianças da pobreza e da miséria não dispõem de um mínimo espaço de privacidade, de uma família organizada para defendê-las e educá-las, quando todos vivem uma miséria emocional tão grave quanto a miséria econômica.

Estudos revelam que as mu-



Casa de Passagem, Recife

São tantas as formas de expulsão das meninas para as ruas. São tantas as formas de humilhação, violência, abandono. As meninas saem para ganhar seu próprio dinheiro e sonham em encontrar uma vida melhor. Saem porque não mais suportam a miséria dos seus lares, porque os preconceitos as expulsam de casa e das comunidades.

Violência sexual. Em outra pesquisa, também realizada pela equipe da Casa de Passagem nos anos de 1987, 1988 e 1989, 3.700 questionários apontam violências praticadas contra meninas e adolescentes mulheres: estupros, incestos, espancamentos, abusos sexuais. São as “mortes psicológicas”, a que se re-

lheres prostitutas em todo o mundo, em 80% dos casos, referem-se a abusos sexuais sofridos na adolescência ou mesmo na infância.

A menina violentada jamais será a mesma. No dia-a-dia da Casa de Passagem, verifica-se a grande dor e o grande ódio sentidos pela menina que teve o corpo violado, usado e machucado contra a sua vontade.

É muito séria a questão do corpo, este invólucro que se quer separado da alma, do ego, mas que teima em ser uma coisa só. O corpo mal tocado assusta e angustia a alma; o corpo bem tocado acalma e fortalece-a. É o próprio ser humano em sua inteireza.

A menina luta e se mutila muito para poder aceitar a violência

sexual de que é vítima. Ela corta e machuca o próprio corpo, que cresce, se transforma e é violentado contra a sua vontade, e a aprisiona cada vez mais ao que ela não quer ser. Ela acredita que, ao matar esse corpo, estará livre e, assim, acaba por matar a si mesma.

Mulher-menina de rua. As meninas chegam nas ruas sem ter uma idéia a respeito do tipo de vida que enfrentarão. Não conseguem compreender, e pouco poderiam fazer se tivessem essa compreensão, que o caminho seguido que as levou até ali e as jogou nas ruas é construído por uma sociedade que não respeita o indivíduo e as pulsões energéticas de homens, mulheres e crianças. Mas, principalmente, por uma sociedade que mata os impulsos naturais de vida e de sexualidade, para que estes se transformem em submissão ou perversão.

A menina que chega nas ruas é uma mulher. Não importa que tenha apenas 8 ou 10 anos de idade. Ela, agora, é uma mulher na rua, uma mulher de rua, um corpo de todos, uma vagina ambulante. Deixou os seus donos em casa e agora deve submeter-se aos donos da rua. Cedo ela vai compreender isto. Não tem saída.

Nas pesquisas realizadas, bem como no dia-a-dia do trabalho, a equipe da Casa de Passagem foi capaz de perceber que, após 12 anos de idade e por um período maior do que seis meses nas ruas, dificilmente as meninas poderão livrar-se do envolvimento com a prostituição. Nas ruas, vão compreender que não é fácil aos desprovidos honrar valores e ideologias das classes dominantes. Nas ruas lhes serão negadas as mínimas condições para que possam, pelo menos, proteger seu corpo, único bem que possuem.

Pedras serão jogadas nas meninas de rua — as pequenas "Genis" —, em nome de uma moral que se contradiz o tempo todo, para o bom observador. Assim, as meninas, incapazes de

MEIO MILHÃO DE MENINAS PROSTITUTAS

A prostituição infantil cresce no Brasil e já atinge 500 mil meninas, envolvidas cada vez mais com drogas. Esse número expressa, com base em estimativa sobre a população brasileira em 1989 (147,4 milhões), a existência de uma menor prostituta entre cada 300 habitantes.

De acordo com pesquisas, uma das principais causas da entrada na prostituição é a gravidez precoce: mais de um milhão de mulheres menores de 19 anos são mães. Haveria 800 mil meninas de rua também suscetíveis, pela necessidade de sobrevivência, a entrar na prostituição.

O que impulsiona, primordialmente, as crianças para a rua é a necessidade de gerarem renda, seja por meios aceitáveis socialmente ou por esquemas considerados marginais ou ilícitos. Muitas delas são ainda vítimas de uma prática atávica de serem trazidas do interior para servir como a primeira experiência sexual do filho do patrão.

Vincula-se o aumento da prostituição infantil ao comércio de narcotráficos. Acredita-se que cresce o número de adolescentes que fazem uso "abusivo" de drogas, e a venda do corpo passa a ser um meio de manter o vício.

Fonte: Folha de S. Paulo, 25/10/90

assumirem o "modelo bom" feminino, serão as representantes do "modelo mau", da prostituta.

Morte psicológica. Muito se tem falado de Recife, como uma das capitais onde mais se exterminam crianças e adolescentes. Pouco se tem falado, entretanto, das "mortes psicológicas".

O extermínio de menores atinge, principalmente, as crianças do sexo masculino. As meninas pagam, com seu sexo, o direito de permanecer vivas. Para a equipe da Casa de Passagem, Recife pode ser também apontada como uma das campeãs, quando se trata da prostituição e do abuso sexual de crianças e adolescentes mulheres.

Dia-a-dia, meninas chegam ao centro da cidade ou à zona do Por-



Direito a ser protegido contra o abandono e a exploração do trabalho

to do Recife, onde ancoram navios, vindos dos mais diversos países. Filipinos, chineses, alemães, americanos, as meninas disputam as preferências. Aviões também chegam, transportando homens alegres para o chamado "turismo do sexo", hoje tão comum em Recife. São os "gringos" em busca das meninas. A média de ganho diário é de 30 dólares, que aumenta, em ocasiões especiais, para até 200 dólares. As meninas usam uma nota de dólar pendurada no pescoço. Hoje é moda esse tipo de bijuteria.

Para "aguentarem a vida de rua", as meninas utilizam muito as drogas. Entre as mais utilizadas estão os medicamentos Artane, Bentil, Valium, Rophinol, Diazepan e outros. Trocam os dólares num câmbio especial: o câmbio prostituição. Têm seus segredos.

Novas pensões surgem diariamente. As meninas estarão chegando ou serão trazidas da zona rural. As doenças venéreas, a Aids e a morte as aguardam antes que possam completar 25 anos de idade.

As meninas têm os olhos tristes e secos. Cantam e dançam, mas a tristeza é mais forte. Suas lágrimas parecem não incomodar mais ninguém. Apenas quando recebem um tiro, ou uma facada, e caem no chão sem vida, podem, talvez, ganhar um retrato no jornal.

Ana Vasconcelos é advogada, presidente e fundadora do Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente — Casa de Passagem, Recife, PE.

A experiência de trabalhar na rua com meninos e meninas traz à tona todos os problemas enfrentados por eles — da busca à primeira refeição do dia ao local para dormir —, e deixa à mostra a segregação social, econômica e política que sofrem por parte da sociedade

DIREITO À VIDA

Lúcia Maria Xavier de Castro,
Maurício Camilo da Silva e Nádia Bomfim

O Projeto de Acompanhamento a Grupos de Meninos e Meninas que estão nas Ruas nasceu em 1986, a partir de uma iniciativa comunitária sob a coordenação do Centro João XXIII de Investigação e Ação Social (Cias) e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrates), com atuação até hoje no Largo da Carioca (Rio de Janeiro).

Nosso objetivo é desenvolver, junto a esse grupo, reflexão das questões vivenciadas por ele, com vistas a buscar soluções e criar alternativas para os problemas apresentados. Através de atividades lúdicas e recreativas, são desencadeadas discussões acerca de saúde, sexualidade, direito de cidadania, violência e dos processos discriminatórios de raça, sexo e classe.

Atuamos, ainda, junto a órgãos públicos e entidades não-governan-

mentais no atendimento às demandas de saúde, educação e assistência jurídica, bem como na luta pela defesa da vida e dos direitos de cidadania.

Vivendo na rua. O grupo com quem trabalhamos é formado de meninos e meninas empobrecidos, oriundos de favelas e bairros de periferia do Grande Rio. Com faixa etária que varia entre 2 e 17 anos, o grupo é constituído, em sua maioria, por negros e mestiços. Acompanhados ou não de seus familiares, eles estão nas ruas por vários motivos; no entanto, o mais evidente são as péssimas condições de vida, reveladoras da falta de direitos básicos à saúde, educação, moradia e outros. Boa parte do grupo desenvolve atividades laborantes no mercado informal — vendas de balas, doces e

bolsas, engraxate —, e contribuem na renda familiar. A outra parte vive de pequenos furtos, esmolas e da assistência das instituições não-governamentais que atuam na área. Um número significativo de meninos e meninas já freqüentaram a escola em algum momento de suas vidas.

RIO PODERÁ TER 420 MORTES EM 1991

O estado do Rio de Janeiro poderá ter 420 homicídios contra crianças e adolescentes em 1991. O Centro de Documentação do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) chegou a esta conclusão após analisar os dados do Relatório da Polícia Civil que informa a morte de 445 crianças e adolescentes em 1989, vítimas da violência. O resultado encontrado naquele ano demonstra que se processou uma aceleração na evolução dos assassinatos contra crianças e adolescentes. Os 445 assassinatos encontrados em 1989 representam um incremento de 51,4% sobre o total encontrado em 1988. O governo estadual afirma que o total geral de homicídios em 1989 foi de 3.199, o que representa uma queda de 47% sobre o volume do ano anterior. Embora suspeite dos dados da Polícia Civil, o CEAP observa esse fenômeno trágico; apesar de diminuir o número de homicídios, cada vez mais as crianças e adolescentes vêm sendo assassinados.

O cotidiano. O dia do grupo está organizado em função da busca das primeiras refeições, da ida à escola e das atividades laborantes. Comumente, são vistos por toda a cidade. Gostam de festas, músicas e futebol. Um número significativo é usuário de cola de sapateiro.

Considerados como os propagadores da violência, os meninos e meninas são sempre vistos como suspeitos e temidos nas ruas, nos meios de transporte e nos estabelecimentos comerciais. Entretanto, são constantemente vítimas de violência, pois ainda hoje essa questão é tratada pela sociedade como um "caso de polícia". Tal situação é evidenciada, até mesmo, pela denominação que



recebem ("pequenos bandidos", "pi-vetes" e "trombadinhas"); pela afirmação de uma suposta 'carreira criminosa' a que estariam destinados; e pelos constantes pedidos de recolhimento dos grupos, feitos pela população e autoridades públicas.

Esta visão da sociedade colabora com o agravamento do quadro de violência em que vivem os menores, que começa pelo estigma, seguido pelos maus-tratos, abuso sexual, exploração, espancamento, e culmina no extermínio. Ela ainda reforça uma violência institucionalizada exercida principalmente pela polícia.

A violência policial é constatada no grupo a partir da 'suspeita incondicional' de prática de atos infracionais, independentemente de qualquer queixa ou reclamação. Essa 'suspeita' permite que os menores sejam abordados em qualquer lugar e a qualquer hora, à procura de objetos roubados, etc. Essa ação sempre resulta em espancamentos, constrangimentos e até num possível recolhimento às dependências da Divisão de Segurança e Proteção ao Menor (DSPM) e, em seguida, para os internatos. O uso da cola de sapateiro também é reprimido. Ao ser apanhado com cola, o menino ou menina passa pelo vexame de ter a sua cabeça lambuzada do produto.

Racismo como ideologia. Outro aspecto a ser ressaltado — que tam-

Ibrates

bém se inscreve na lógica da violência — é o racismo como ideologia. Ele está presente em todas as relações que o grupo trava, principalmente nas ruas, pois as ações discriminatórias sofridas estão baseadas no estereótipo utilizado pela sociedade sobre a população negra. A priori, a sua condição racial já os define como marginais, agressivos, sujos, preguiçosos e ignorantes, o

AS MENINAS ASSASSINADAS

As meninas que foram assassinadas no universo pesquisado pelo Centro de Documentação do CEAP (Rio de Janeiro, junho a agosto de 1990) representam 13% do total de homicídios contra crianças e adolescentes. Cerca de 18% delas não chegavam a ter 10 anos de idade, 36% tinham de 10 a 14 anos e 46% tinham entre 15 e 17 anos. As notícias registraram 18% de assassinatos contra meninas negras, 36% contra brancas e 45% de cor não identificada. As autorias encontradas nos homicídios contra meninas foram principalmente o estupro (27%), os traficantes e pistoleiros (9% cada). Até uma mãe é acusada pela morte da filha.

Cerca de 45% dos assassinatos de meninas ocorreram na capital do estado. Na Baixada Fluminense foram 18%, notadamente em Nova Iguaçu e Belford Roxo. Na área da Grande Niterói, ocorreram 36% dos assassinatos contra meninas.

que justifica, até, as violências e os assassinatos.

O racismo ainda é responsável pela autonegação do sujeito, que comece a rejeitar-se e a querer estabelecer para si padrões mais aceitáveis como pessoa, o que o faz negar sua origem e sua cultura como um todo. Os meninos e meninas iniciam, então, um processo de "embranquecimento": alisam os cabelos, buscam uma infinidade de denominações para cada tom de pele e, em alguns casos, estabelecem para si ainda um padrão de comportamento para serem melhor aceitos. O tipo ideal projetado de sucesso, felicidade e beleza é branco, fora do seu grupo de origem.



Direito a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos

Já entre eles, a discriminação racial se manifesta como forma de marcar as diferenças, principalmente durante os desentendimentos. Nesse momento, acusam-se mutuamente de "negros", "macacos", "tição", etc., como se quisessem desestruturar o outro ao mostrar a sua inferioridade. Outra razão é oriunda da profunda revolta pelo tratamento que recebem.

Para nós, esta questão, aliada a outras, tem causado sérios danos ao desenvolvimento dos meninos e meninas, e produzido um sofrimento intenso e irreparável a cada um deles, deixando-nos sempre a indagação sobre o presente e os sonhos dessas crianças. Há, neste país, alguém que não percebe que crianças são crianças, independentemente de sua condição de classe, sexo ou raça? Há, neste país, alguém que não percebe que pessoas como elas sonham com um bom prato de comida, mas também com muita dignidade e direito à cidadania?

Esperamos que esta pequena mostra do que ocorre nas ruas sirva para lembrar a cada um de nós que o tempo para descobrirmos soluções que viabilizem a vida dessa população urge. Afinal, queremos conformá-la à condição de "pobres, porém honestos"?



Lúcia Maria Xavier de Castro, Maurício Camilo da Silva e Nádia Bornfim são coordenadores do Projeto de Acompanhamento a Grupos de Meninos e Meninas que estão nas Ruas, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrates).

JOVENS DEPOIS DO INTERNATO

O atendimento a meninos e meninas carentes, através de uma rede de internatos, tem-se mostrado ineficiente para prepará-los para a vida fora de seus muros. O desligamento dos internados, quando atingem a maioridade, coloca em evidência seu despreparo face às novas condições de vida

Sônia Altoé

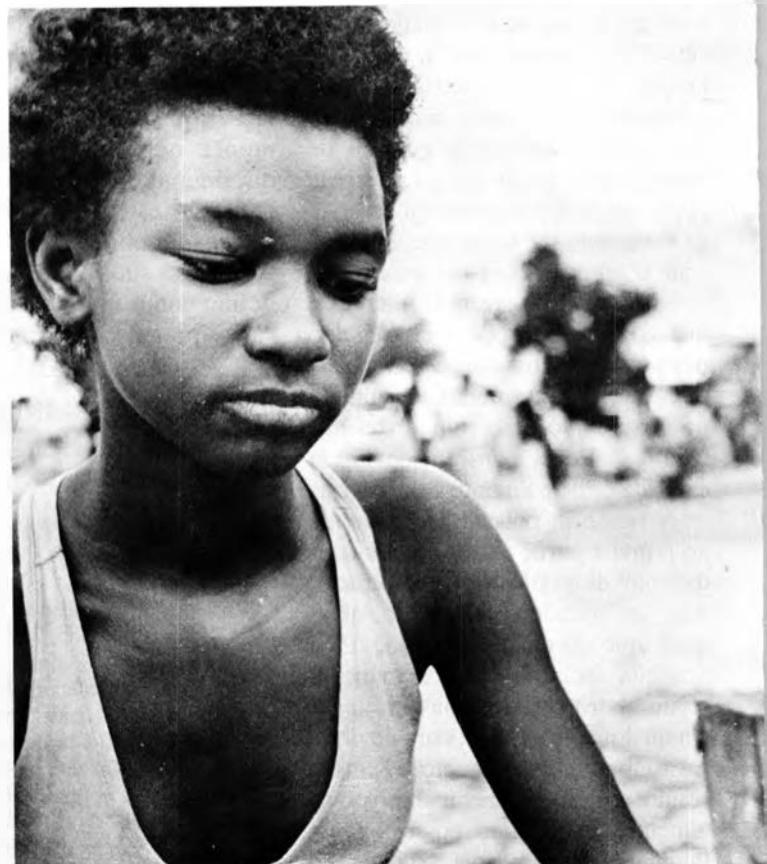
Nos últimos 30 anos a criança tem sido desatendida, de forma espetacular, pelo Estado brasileiro, em suas necessidades fundamentais, ou seja, alimentação, abrigo, atenção à saúde e escolaridade. Uma parcela pequena, porém significativa da população infantil, tem sido assistida pela rede de internatos em todos os estados brasileiros, cuja política de bem-estar, orientada pelo órgão federal competente, então chamado Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem) — hoje Centro Brasileiro da Infância e Adolescência (CBA) —, tinha justamente o objetivo de sanar esses problemas, considerados, por eles, uma dificuldade da família, incapaz de prover o sustento e a educação dos filhos. O atendimento que se propuseram a oferecer seria o de dar melhores condições de formação e crescimento à criança e ao jovem.

Na verdade, porém, conforme diversos estudos realizados, sobretudo a partir da década de 1980, verificou-se que os internatos, cuja organização e funcionamento mais

se assemelham a uma prisão, ofereciam um ambiente pouco acolhedor. Lá o interno não estava protegido de agressões físicas ou sexuais dos colegas e funcionários, além de sofrer, por outro lado, o distanciamento ou perda das relações familiares. O ambiente, pouco propício à construção de novos laços afetivos, desenvolvia escolaridade e formação profissional de baixa qualidade e, além disso, na maioria dos estabelecimentos não era permitido o contato com a comunidade.

É importante constatar que não é de conhecimento público qualquer pesquisa feita pela Funabem ou por órgãos estaduais sobre o resultado de sua política de atendimento, o que demonstra descaso e desinteresse pelo próprio trabalho.

O que ocorre com essas pessoas após o “desligamento” institucional, ou seja, quando completam 18 anos? No ato de “desligamento”, pouco ou



nenhum apoio lhes é dado, além dos documentos pessoais e algumas peças de roupa. O próprio ato de “desligamento” é vivido por eles como uma decisão das autoridades institucionais frente a qual têm que se submeter. Na expressão de um dos entrevistados, esse ato se assemelha à libertação de um preso: “Porque eles falaram quando me mandaram embora, falaram que agora eu sou livre, que agora sou homem sozinho, que não tenho família: ‘José, você agora é livre, é um rapaz sozinho, você vai se casar, vai ser dono da tua vida, vai ter um filho’” (José, 20 anos; pesquisa “Menor em Tempo de Maioridade”, USU/CESME-FINEP, 1989).

“Desligamento”. A condição de “assistido” se interrompe abruptamente. Os anos que passou no internato só servem para a vida no internato, não o preparam para a vida fora de seus muros. É como



sair de uma prisão, onde entrou ainda criança e sem maiores referenciais ou estrutura psicológica, para entender a experiência de internação. Em geral, eles não entendem porque foram internados nem porque estão saindo. A data do "desligamento" é vivida como arbitrária: "Não houve preparação. Ela (assistente social) nem chega a fazer reunião dizendo que eu ia sair para me preparar para a vida lá fora. Não fala. Eu acharia que devia fazer isto. Ela só fez com o pessoal que não tinha pai nem mãe. Ela fez a reunião porque queria botar o pessoal na rua. Fazer reunião para conversar, saber onde a garotada ia. Então foi justamente muito pessoal desses daí que não tinha pai e mãe que ficaram na pensão três meses. Depois o dinheiro da pensão acabou e a pensão mandou eles embora" (João Carlos, 20 anos; idem).

Através das pesquisas que venho realizando desde 1988 — a segunda

que está sendo desenvolvida se intitula "Instituição Total: uma reprodução na maioria da vida de 'menor' institucionalizado?", UFRJ, 1990/91 —, constato que a maioria desses jovens não teve atendidas suas necessidades básicas, não tem formação adequada para viver na sociedade de forma integrada e produtiva. Quando eles são "desligados" ocorre uma ruptura com o mínimo de vínculo afetivo que pode ter sido formado, a grande maioria tem baixa escolaridade e precária formação profissional para competir no mercado de trabalho, não tem relações sociais que lhe facilitem a inserção social, e muitos, sem qualquer apoio, passam a morar na rua ou em albergue. Aqueles que lá entraram órfãos, órfãos continuam e saem sem contar com relações de amizade.

Não ter qualquer apoio não é característica dos que entraram para o estabelecimento órfãos de pais. Muitos, durante a longa fase de internação, perdem o contato com os pais ou, ao voltar para casa, não conseguem satisfazer a expectativa da fa-

mília, que os rejeita; quando se sentem um estranho ali, saem rapidamente, à procura de se situarem no mundo do qual foram excluídos durante a infância e adolescência.

Um dos objetivos importantes da pesquisa "Menor em tempo de Maioridade" foi o de analisar como ocorre o "desligamento" e como se procede a fase de transição da condição de menor para a maioridade.

Rito de passagem. O que se observou foi que a passagem da condição de assistido e menor para a maioridade e cidadania se faz, sobretudo, por uma norma que determina que o indivíduo tem que ser desligado do internato, e não pelo preparo que ele possa ter adquirido para fazer face à sua nova condição. Os primeiros meses após o "desligamento" são muito mais difíceis, e observou-se

Os internatos, cuja organização e funcionamento mais se assemelham a uma prisão, oferecem ambiente pouco propício à afetividade

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA

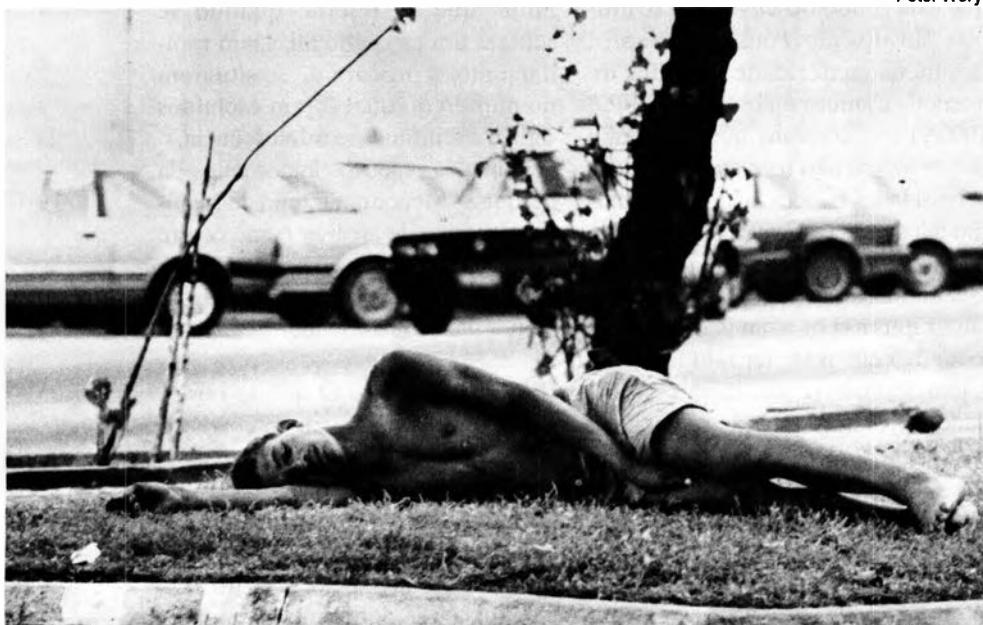
Crianças e adolescentes são seres humanos em desenvolvimento, cidadãos, sujeitos de direitos legítimos, que têm condições e devem participar de decisões sobre sua vida e, dessa forma, devem ser vistos e tratados. Este é o princípio básico que rege o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), uma entidade não-governamental, autônoma, composta de voluntários, que atua na defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes de rua do Brasil.

O MNMMR foi criado em 1985, a partir da insatisfação de alguns técnicos do Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua com a atuação do Estado (década de 80). O contato entre os trabalhos alternativos, proporcionado pelo Projeto, facilitou uma intensa troca de experiências e uma reflexão sobre as práticas desenvolvi-

das. Isso levou ao surgimento dos primeiros grupos locais, que se propuseram a integrar pessoas e recursos sociais do município e da região, com a finalidade de sensibilizar e mobilizar a comunidade para essa nova proposta de trabalho.

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua se estrutura hoje em comissões nos níveis local, estadual e nacional. Está organizado em vinte e três estados e em processo de articulação no Acre, Tocantins, Roraima e Rondônia. Todos os participantes trabalham como voluntários. Nessas comissões participam aproximadamente três mil agentes sociais e educadores ligados a 500 programas de atendimento a meninos e meninas de rua.

O Movimento busca criar na sociedade as condições necessárias para que os meninos e meninas de rua se expressem e exerçam seus direitos de cidadania.



Sem qualquer apoio, os jovens passam a morar na rua ou em albergue

que muitas vezes eles ficam prisioneiros dessa passagem, sem conseguir posteriormente mudar o rumo que se delineou logo nesse início de "liberdade".

Não há estatística precisa sobre o encaminhamento e paradeiro desses jovens; porém, recolhemos dados indicadores de que muitos deles vivem de biscoates, moram na rua, mendigam, praticam pequenos delitos ou infrações penais, se prostituem, na busca de sobreviver ao desafio de ter que se sustentar sem uma profissão ou alguma pessoa que os acolha nesse período de difícil transição, que é sair do internato, onde viveram alienados do mundo, ao qual agora têm de fazer face. Outros estão encarcerados, enlouqueceram ou morreram de forma violenta. Há ainda aqueles que não saíram ou voltaram a morar e a trabalhar nos internatos, onde viveram, por incapacidade de se adaptar à vida fora dele.

Responsabilidade. De quem é a responsabilidade social do que ocorre com esses indivíduos? Esses jovens

adultos, entre 18 e 25 anos, muitas vezes se encontram, como citei acima, enredados em situações muito difíceis de encontrar saída. Não se poderia considerar que são vítimas, sobretudo, de um sistema de atendimento violento e contrário à formação do sujeito e do cidadão?

Com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente há uma preocupação genuína de se buscarem novas formas de atendimento, uma vez que os internatos não podem mais funcionar. Mas é necessário lembrar que a maioria desses estabelecimentos ainda estão lotados. Para acabar com esse sistema de atendimento massificado dos internatos, é preciso se pen-

sar adequada e criteriosamente no que fazer com os que estão internados há muitos anos e que deverão sair na maioria, ou mesmo antes, por orientação do Estatuto. O que fazer com essas crianças e jovens? Como prepará-los para voltarem a casa dos pais ou encaminhá-los para uma nova forma de atendimento? É preciso sempre considerar as características do internato e o quanto este marca o indivíduo e dificulta sua adaptação à nova realidade. O internato não prepara o indivíduo para a vida, mas sim infantiliza-o, não permite o desenvolvimento de sua autonomia e não lhe dá responsabilidades nem possibilidades de pensar por si próprio. O que determina que esses indivíduos façam a passagem da infância para a vida adulta? A norma tem sido a idade cronológica, muitas vezes determinada pela idade óssea. É preciso não confundir maioridade com maturidade.

Este artigo tem, sobretudo, o intuito de chamar atenção para uma questão pouco estudada e que deve sempre ser questionada: qual o resultado do atendimento, formação e educação formal que as instituições do Estado ou privadas oferecem às crianças e aos jovens?

Sônia Altoé é psicanalista, doutora em Educação e professora da Universidade Santa Ursula. Ela é a autora do livro "Infâncias Perdidas".

MULHERES TRABALHADORAS RURAIS Participação e luta sindical

CUT-DNTR, com colaboração do CEDI/Programa Movimento Camponês, Rio de Janeiro, 1991, 58 p., 21x28 cm.

Recupera o processo de organização da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora no Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT/DNTR. Através de depoimentos de sindicalistas e artigos de especialistas, discutem-se os novos desafios do movimento sindical a partir do enfoque classe e gênero.

Preço do exemplar Cr\$ 1.000,00

Enviar cheque nominal ao CEDI a/c Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro, 129 Glória 22211 Rio de Janeiro RJ
Av. Higienópolis, 983, 01238 São Paulo SP

PASTORAL ECUMÉNICA DO ADOLESCENTE E DA CRIANÇA MENINAS E MENINOS UNEM AS IGREJAS



Antônio Salvador Coelho

Na história recente do nosso povo latino-americano e das nossas Igrejas, o Espírito tem suscitado mulheres e homens, jovens e adultos, encarnados na vida dos pequenos empobrecidos que vivem mergulhados no sofrimento, nas cidades e nos campos. Muita criança empobrecida é valorizada. Muitas comunidades se renovam, se fortalecem na defesa dos pequenos.

Um momento forte de compromisso conjunto das Igrejas com a causa da criança empobrecida foi a I Semana Ecumênica do Menor, no início da década de 1980. Momento significativo e de vivas repercussões. Estiveram muitos agentes de pastoral, pastoras, pastores, bispos, entre

os 900 participantes. Um texto-compromisso ecumênico, assinado por membros das Igrejas, marcou o vigor do evento e mantém sua atualidade: “(...) Assumindo na fé o compromisso com a criança oprimida e sofredora, queremos afirmar o respeito fundamental à dignidade humana que deverá induzir na sociedade atitudes radicais de transformação da convivência humana que superem injustiças e dominações, e permitam a construção de um mundo fraterno, segundo o desígnio do Pai. Com práticas solidárias com o pequeno, não estaremos longe do Reino de Deus.”

Somos, hoje, muitos. O ano de 1981 foi, pois, um marco inicial, com a I Semana Ecumênica do Me-

Tendo como ponto de partida crianças empobrecidas e abandonadas, há dez anos igrejas históricas, em movimento ecumênico, desenvolvem uma pastoral do menor. Solidariedade criativa e direitos fundamentais são a motivação especial

nor, preparada desde setembro de 1980, com a participação das Igrejas Evangélica de Confissão Luterana, Católica, Metodista, Cristã Reformada do Brasil, Episcopal Anglicana, Episcopal do Brasil e Presbiteriana Independente.

Os pequenos uniram as Igrejas. Estamos unidos porque sabemos, sentimos na carne que a criança, dom da vida, tem sido rejeitada, abandonada à própria sorte e ao desespero da sobrevivência, quase sem esperança, sem referência, sem identidade, sem raiz, sem condições, sem perspectivas de situar-se no mundo como projeto de vida, sem ser sujeito de sua história. Abandonada nas mãos dos poderosos, que manipulam vidas e existências segundo seus interesses. Emudecida, sem vez nem voz, em uma sociedade onde o objetivo não é a pessoa humana e a sua plena realização.

Viemos de todos os cantos, com encantos, com sonhos e com a luta do cotidiano, porque acreditamos que esse pequeno, tido como restolho da sociedade, abandonado à sua sorte, pode ser envolvido em um processo em que

PASTORAL ECUMÉNICA DO ADOLESCENTE E DA CRIANÇA

ele resgate solidariamente sua dignidade.

E viemos com o sonho de uma das utopias mais lindas do século XX: o movimento ecumônico que vamos consolidando dia-a-dia.

Temos consciência de que somos, nas Igrejas latino-americanas, um grupo de cristãos que ama as crianças com ternura e vigor.

Quando olhamos a fundo a vida das crianças empobrecidas, escutamos sua voz e repensamos nossa

Temos consciência de que somos um grupo de cristãos que ama as crianças com ternura e vigor

história, vamos reordenando nossos valores cristãos e criando um novo jeito de viver, rezar, celebrar, nos comprometer, expressar a vida, a fé e a existência em comunhão.

Tudo isso aconteceu na década de 1980. Agora faremos com que a criança e o adolescente sejam o compromisso da última década do século, na direção de um novo milênio, mais próximo dos desejos de Deus nos sonhos de seus filhos preferidos.

Semanas ecumênicas. A formação de agentes multiplicadores, capacitados na diversidade de aspectos que envolvem a questão das meninas e meninos injustiçados neste país foi prioridade nossa, com grande repercussão, desde 1981, quando realizamos a I Semana Ecumênica do Menor, com o tema "A comunidade e a educação do menor". A partir daí desencadeamos uma série de debates e seminários sobre a menina, o trabalho da criança, a violência, meninos de rua, Liberdade Assistida Comunitária, educação alternativa nas favelas, etc., com uma força de convocação grande, e que atingiu diretamente mais de mil pessoas a cada ano.

O ano de 1982 foi marcado pelo tema "Transformar-se para transformar", e procurou capacitar as

Liberdade Assistida Comunitária — Em 1977 um primeiro grupo de pessoas estabeleceu contato com dom Luciano Mendes de Almeida, atual presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para encontrar um caminho de atenção organizada às crianças mais empobrecidas. E a opção inicial foi a de desencadear uma ação com adolescentes envolvidos com o ato infracional. Cerca de cento e cinquenta casais-irmãos participam do projeto até hoje, em que cada um assume um adolescente em regime de Liberdade Assistida Comunitária, até o término da determinação judicial. Essas famílias-irmãs dispõem-se a ser uma presença amiga a apoiar nas dificuldades, no emprego, na moradia, nas relações familiares, na escolarização, na documentação. Os adolescentes vão podendo amadurecer, solucionar situações problemáticas de sua vida, assumir os limites de sua liberdade, desenvolver seu potencial humano, e fazer com que seu ato de agressão se transforme em gestos construtores de uma nova sociedade, justa e fraterna.

Equipes de coordenação e animação — Em muitas Igrejas foram suscitadas equipes para criar programas novos, acompanhar educadores, promover encontros, intervir na defesa das crianças. E os serviços se ampliaram com trabalho diário de documentação, visitas, reuniões semanais ou mensais com lideranças, encontros anuais de coordenadores e seminários de capacitação.

Educadoras e educadores, em mutirão, renovam conceitos e práticas pedagógicas, com uma vivência a que chamamos "pedagogia de direitos". E estão presentes em Centros Educacionais Comunitários, Educação com meninas e meninos de rua, Oficinas de educação pelo trabalho e geração de renda, casas de apoio, Pastoral da Criança nos primeiros anos... E, mais recentemente, os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, que buscam garantir a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o conhecimento pelas comunidades, a aplicação pelos órgãos públicos. Acompanham questões jurídicas que envolvam crianças e adolescentes. Há Centros de Defesa em diversos lugares do Brasil.

pessoas para ouvirem as crianças e adolescentes com seriedade e descobrirem as intervenções que, de fato, provocam impacto na vida dos pequenos e reorientam opções para uma dimensão construtiva. Fizemos dias de estudos sobre internato, instituições, sexualidade, drogas, ecumenismo.

A III Semana Ecumênica, em 1983, fez soar o grito das crianças, cujo tema foi "Nós queremos viver!". Os encontros do ano seguinte aprofundaram temas lançados na Semana, como a prática libertadora de Jesus e a educação popular.

"A boa-nova e o menor" foi o tema da IV Semana. O ano de 1985 foi dedicado à juventude, fé e política, criança trabalhadora, meninas e meninos de rua, educação, religiosos, pastoral da criança. O tema foi "A cidade e os direitos do menor".

"A criança-profeta" foi o tema em 1986, quando já preparávamos a Constituição Federal.

Na Semana do Menor de 1987 estudamos questões que possibilitaram intervir na elaboração da Constituição Federal. O tema foi "Nascemos para a vida, por que morrer tão cedo?".

Em 1988 a luta prosseguiu: "Direitos dos menores, direitos de Deus" foi o tema. A Constituição, já promulgada, garantiu a prioridade absoluta à criança e ao adolescente no Brasil, e afirmou seus direitos. Um mês depois, durante a Semana Ecumênica do Menor, elaboramos proposta de legislação coerente com os avanços da Constituição para substituir o Código de Menores. Foram 64 artigos, considerados, por juristas de competência, como importantíssimos.

Em 1989, alguns meses antes da assinatura da Convenção Internacional dos Direitos da Criança (20 de novembro), decidimos por "Criança: prioridade absoluta" como tema da IX Semana Ecumênica. Investimos na capacitação de agentes a partir do Estatuto da

Criança e do Adolescente, para a participação nas Leis Ordinárias e para a absoluta prioridade nas leis orgânicas dos municípios.

“A vida dos pequenos renova a história” foi o tema da X Semana Ecumênica. A conquista e garantia do direito à cidadania marcou o evento. Estudamos o reordenamento jurídico e institucional da Nação, para que os pequenos sejam sujeitos de direito e protagonistas da história, artífices da transformação desta sociedade.

Contribuição histórica. Nossa determinação na defesa e promoção das meninas e meninos deste continente tem hoje vigor por causa da história que construímos com os pequenos.

A prática de Jesus trouxe uma novidade fundamental, ao colocar o pequeno em destaque como sinal do Reino. Podemos dizer que a criança é sacramento vivo da sociedade justa. Quando ela é colocada em destaque, em primeiro lugar, toda a organização social é obrigada a se reordenar.

Na segunda metade do século XX, vimos uma retomada corajosa da busca de caminhos para resgatar a dignidade das crianças e adolescentes. Da Declaração Universal dos Direitos da Criança até a Convenção Internacional (20 de novembro de 1989), houve toda uma história de luta, articulação e solidariedade para com as meninas e meninos de todos os continentes.

É nesse contexto que surge a Pastoral do Menor, já no final da década. O ponto de partida foi sempre o desafio concreto com que nos deparamos, trazido pelas crianças. E, de outro lado, repercutiu em nós o desafio de grandes personalidades desta nação que, indignadas com a humilhação em que se encontra a infância brasileira, propõem um esforço de reordenamento ético e social: “Seremos capazes de salvar o mundo por uma criança?” (Paulo Evaristo Cardeal Arns).

A luta pelos direitos. A história de luta em defesa da vida de crianças e jovens violados em seus direitos fundamentais desafiou a criatividade e organização dos grupos de Pastoral do Menor das Igrejas.

O ano de 1988 foi um marco histórico, pela preparação e conquista do capítulo VII do título VIII da Constituição Federal, em especial o



artigo 227, no qual a Pastoral Ecumônica teve participação decisiva: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligéncia, discriminação, exploração, violência,残酷和opressão”.

Essa declaração abriu espaço para que, junto com outras entidades, fosse possível elaborar o projeto de lei que se transformou no Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta legislação está em sintonia com as Regras Mínimas para Administração da Justiça da Infância e da Juventude, assumi-

das pela ONU, em 1985, e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, assinada em novembro de 1989.

A luta por um novo ordenamento jurídico que respeite a vida da criança e do adolescente não se reduz à intervenção junto às instâncias jurídicas e políticas competentes. A Pastoral do Menor tem consciência de que se esta luta não encontrar apoio de base, não verá tão cedo os frutos dos esforços em nível jurídico.

Para a implantação do Estatuto, estamos presentes em inúmeras cidades, e participamos de debates, cursos, seminários, etc. Mais de 50 mil exemplares do texto oficial, ilustrado e diagramado por nós, bem como de duas cartilhas ilustradas com síntese popular, já foram distribuídos, além de outros instrumentos de capacitação de agentes.

Agora faremos com que a criança e o adolescente sejam o compromisso da última década do século, na direção de um novo milênio

Solidariedade criativa. Está desencadeado um processo de solidariedade criativa. O que foi projeto nos nossos sonhos tornou-se projeto de lei, aprovado, e agora é projeto de sociedade. O Estatuto da Criança e do Adolescente é hoje ferramenta indispensável.

Nossa fé no Deus da Vida, manifestado em Jesus de Nazaré e presente pelo Espírito Santo, nos fará lutar sem vacilar, até que a novidade do Reino venha com a vida defendida dos filhos do nosso povo. As Igrejas, em movimento ecumônico, irão ressuscitar, com novo vigor, com as meninas e meninos enfim defendidos e valorizados.

Antônio Salvador Coelho é educador popular do Secretariado Nacional da Pastoral do Menor.

Egon Shaden



POR QUE OS GUARANI KAIOWÁ ESTÃO SE MATANDO?

Georg Grümberg, antropólogo que conhece os Guarani do Paraguai há 20 anos, dá sua opinião sobre o que há por trás dos suicídios em cadeia que também têm ocorrido em aldeias no Brasil

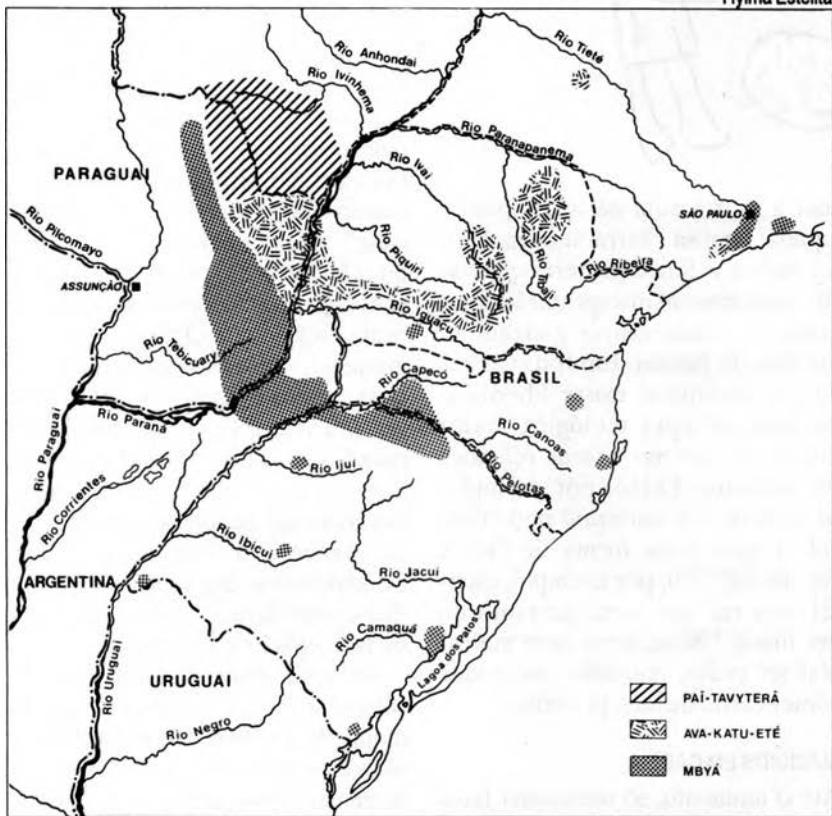
O que chama a atenção, de saída, em relação aos suicídios dos Pai, no Paraguai, é que ocorrem em maior número justamente nas aldeias onde existe atuação missionária. Das 38 aldeias onde vivem os Pai, ocorreram suicídios em cadeia em quatro; e dessas, três são alcançadas por atuação missionária: a Missión Alemana Pionera para los Nativos del Paraguay, em Pytypuku e Piraymi, e a New Tribes Mission, ou Missão Novas Tribos, na aldeia Pirary. A ocorrência de suicídio em cadeia nos últimos oito anos entre os Pai no Paraguai, portanto, foi justamente em comunidades onde o desequilíbrio social é muito marcado, e onde o mal-estar social e religioso generalizado tem a ver com a influência externa configurada basicamente pela atuação de organizações e igrejas missionárias evangélicas.

A única exceção ocorreu na aldeia de Tajy, onde morreram cerca de sete pessoas, consequência de uma forte crise interna — um caso de rivalidade entre irmãos, com a utilização de um malefício (feitiço), *paje val*, contra uma liderança que foi considerada nociva e contrária à maioria de seu povo ...

DESDE MONTOYA

Montoya, um jesuíta peruano que trabalhou com os Guarani no século XVII, registra a ocorrência de mortes por enforcamento. É o único registro histórico conhecido de suicídios entre os Guarani. Os suicídios ocorrem em estados de depressão, por eles chamados de *vy 'ae' y*. *Vy'a* quer dizer “estou feliz, estou com vontade de viver”, e é uma expressão vital. *Vy 'ae' y* significa a ausência da alegria de viver. Assim é chamado esse estado depressivo que se observa nos candidatos a suicídios individuais.

Geralmente é uma situação que ocorre com adolescentes ou recém-casados, e o “remédio” para curar esse estado depressivo individual é proporcionar-lhes alegria na vida



OS GUARANI KAIOWÁ NO BRASIL E OS PAI-TAVYTERÁ NO PARAGUAI: O MESMO POVO EM DOIS PAÍSES

Os Guarani se dividem em vários grupos indígenas, que falam variações dialetais da língua de mesmo nome e que vivem espalhados pela Argentina, Bolívia, Paraguai e Brasil. No Brasil existem os seguintes grupos indígenas de língua guarani: os Mbyá, Nandeva e Kaiowá. Ocupam uma área tão extensa como a que vai da fronteira com o Paraguai até a Serra do Mar no litoral dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. A população guarani no Brasil é de cerca de 23 mil pessoas. A população guarani total nesses países chega a 80 mil pessoas aproximadamente.

Os Kaiowá são cerca de 13 mil pessoas no Brasil e 14 mil no Paraguai. No Brasil designam-se como Kaiowá ou *ka'a yogua*, "habitante da floresta, do mato alto", uma forma genérica de referir-se a si mesmo e que se utiliza muito mais na relação externa. Com essa designação opõem-se aos Mbyá, o outro grupo guarani, habitantes das regiões de mata rala. Já no lado paraguaio, onde se dá uma aproximação muito grande com a cultura camponesa de fala gua-

rani, preferem referir-se a si mesmos com uma afirmação de sua identidade cultural e religiosa: chamam-se os Pai-tavyterá. Esta designação refere-se diretamente à criação do mundo e à primeira palavra que o criador dirigiu ao povo: *rekovepa pai* (já estás com vida Pai?). Pai-tavyterá significa "os habitantes do centro do mundo, da terra". A própria forma de autodenominação manifesta, então, a vontade de declarar-se com cultura e religião próprias frente às pessoas com quem se fala.

Essa designação implica uma situação de auto-affirmação que abrange diversos níveis: um primeiro é o da conquista e reconquista do espaço econômico e material da terra; um segundo nível é o da reafirmação de seu *teko porá*, ou seja, de seu modo de ser. Este compreende um sistema religioso, econômico e político, configurados pela sua forma de organização social característica. O *tekoká* é o espaço físico, a aldeia e a terra em torno, onde se realiza esse jeito guarani de ser. (Georg Grümberg)

diária e alegria coletiva, através de uma dança ritual — o *kangui*. O *kangui* quer dizer duas coisas: materialmente é a chicha, bebida fermentada feita de milho com baixo teor de álcool; é, também, um conceito, uma ocasião festiva onde se fica junto, dançando, falando muito, bebendo, comendo, enfim, é a alegria social por exceléncia. Quando se fala de *kangui* está-se referindo às duas coisas. Isso serve para explicar um pouco do alcoolismo entre os Guarani. O *kangui*, visto como "remédio" para esses estados depressivos, é então um momento onde se ingere bebida com álcool. Muitas das pessoas que entram nesse estado depressivo tomam cachaça, já diretamente desvinculada do *kangui* como estado festivo. Seria uma caricatura do *kangui* tomar pinga e ficar bêbado, porque, dentro da semântica guarani, o consumo de bebida alcoólica está conceitualmente ligado a esse estado festivo, social. Isso explica a busca desse "remédio", o álcool, justamente em situações de forte pressão.

O ato concreto do enforcamento é quase sempre igual, quase padronizado. Ocorre num momento inesperado, com total falta de dramaticidade. Enforcam-se em árvores bastante pequenas, necessitando ficar de joelhos e fazer bastante esforço para conseguir se matar.

Vejamos, por exemplo, o caso do Eulálio, na aldeia Tagy. Há tempos ele estava em estado de depressão, mas não muito agudo, e ninguém estava esperando nada. Então, certa ocasião, era quase meio-dia, ele disse à sua mulher: "eu vou ao mato" (fazer suas necessidades). Ou seja, saiu para muito perto da casa. Foi e não voltou. Depois de um tempo a mulher começou a chorar intensamente. Ela tinha encontrado o marido a vinte metros da casa, enforcado numa árvore, com uma corda bastante forte, e ajoelhado.





Roça de arroz

Ou seja, não é uma decisão de momento, onde se joga no vazio e tudo se decide num instante. A decisão de matar-se é totalmente clara e definitiva. Quando se pergunta porque fulano se matou, eles não entendem a pergunta. Dizem: *omano se voínte*, "ele quer morrer". É só isso, não precisa explicar-se.

Querer morrer é um fato cultural importante para um guarani, é uma opção de vida, não de morte. Para um cristão seria opção de morte porque se acaba tudo. Não se sabe nem o destino pós-morte, nem se vai para o inferno ou para o céu, é um perigo tremendo. Mas para um Pai, que se identifica com seu *teko*, com sua religião, passar para o outro lado depois da morte é um ato, inclusive, que conta com a compreensão dos demais, como se observa no caso dos moribundos. Eu já presenciei diversas mortes de velhos e velhas que, junto com a família, decidem morrer, e todo mundo, calmamente, espera que isso aconteça.

Entretanto, evidentemente, é uma coisa também bastante criticada. O comentário que se faz é o seguinte: "Ele queria morrer? Mas por que não esperou? Vai morrer de qualquer forma, não precisa tanta pressa, espera um pouco!". Ou então: "Logo agora? Sua mulher vai chorar porque precisa de um marido!" Ou seja, o diálogo interno dos Pai não é de espanto e nem de crítica pessoal. É mais na linha de "que desconsideração, que pressa!".

Tais casos de pessoas com esse estado psicológico especial são considerados esporádicos. Admite-se o passo ao outro lado, como solução possível. Não há um conceito de "culpa", nem culpabilidade na estrutura guarani de pensamento religioso.

O pensamento guarani é de,

com a morte aqui na terra, passar àquela famosa "terra sem males", *yyv marañ y*. Sua caracterização varia conforme a interpretação religiosa de cada grupo guarani e, mesmo, de pessoa. Em todas as religiões xamânicas existe liberdade de interpretação teológica muito maior do que nas nossas religiões de escritura. Então, por exemplo, se alguém vira um *xamã* pode descobrir uma nova forma de "terra sem males". Eu, por exemplo, escutei uma vez um xamã guarani que me disse: "Bom, terra sem males! Vai ter rádio, televisão, vai poder comer carne de lata, já cozida!".

SUICÍDIOS EM CADEIA

Até o momento, só mencionei fatos individuais. Gostaria de passar aos fatos relativos aos suicídios em cadeia, que são uma outra coisa. Eu não presenciei suicídios em cadeia nas três comunidades, mas tenho informações sobre como se dá o processo. Praticamente começa com uma morte que pode ser considerada individual. Dentro de pouco tempo começam a ocorrer casos entre os amigos do morto, geralmente do mesmo grupo de idade.

Todas as sociedades Tupi-Guarani têm organização social interna marcada pela atuação de grupos de idade. Verticalmente são grupos de idade; horizontalmente, o *tecohá*. É uma esquematização válida para todas as sociedades Tupi-Guarani. O grupo de idade tem muita importância na estrutura social.

Geralmente é outra pessoa do mesmo grupo de idade, são os jovens, os adolescentes, às vezes parentes diretos dos suicidas que passam a se matar da mesma maneira. Então a sociedade, o *tecohá*, entra em crise porque já não se considera isso como crises indivi-

duais. *Tavyju* é o termo que designa esse estado coletivo. Vem de *tavy*, palavra usada coloquialmente para designar uma bobagem, um erro, uma coisa fora do sentido comum. Por exemplo, se atiro três vezes num macaco e não acerto, eu digo: "*xe tavyete!*" ("Que tonto sou, que erro, que falha!"). O posfixo *ju* tem a conotação de "dourado, resplandecente, religioso". Quando uma comunidade entra nesse estado de *tavyju*, todos entram em crise. Certa vez, um líder religioso de uma comunidade me contou sobre um surto de *tavyju* que ocorreu faz anos e, mesmo contando depois de tanto tempo, ele começou a suar, tremer... Era evidentemente em função do surto, quase considerado como uma enfermidade epidêmica na época.

Existem diversas formas de se combater isso. A forma principal no momento é a de reunir toda a comunidade, especialmente os jovens, e fazer um ritual para contra-atacar a doença, que é espiritual, das almas, e afeta várias almas, como um perigo coletivo. Por isso, é necessário enfrentar coletivamente, fazendo a dança e contemplando todos os fatos da criação. Buscam os espíritos auxiliares que ajudam. Entra em ação todo o mecanismo xamânico para defendê-los desse mal.

Mas existe também outra possibilidade, mais delicada, difícil de ser entendida por nós, que é a de que a doença seja *paje val* (malefício, feitiço). Por exemplo, se eu sou um *pa'i* (*xamã*), ou *ñanderu* ("pai espiritual") de uma comunidade, e descubro, utilizando minha capacidade de *xamã*, através de um sonho, que a causa é um malefício causado por alguém, tenho a obrigação de combater com força as pessoas que introduzem o *paje val*. Isso pode levar ao assassinato. Este, como tal, também deve ser interpretado de maneira diferente. Uns podem dizer: "é *paje val*, foi bom, foi uma execução necessária". Mas, seguramente, outros dirão: "Não! É mentira! Não foi *paje*

vai!". Então se desencadeia todo um mal-estar profundo; por isso, justamente um *pa'i* responsável deve cuidar-se muito ao utilizar essa interpretação porque pode dar início a uma série de retaliações intermináveis. Os Pai mesmos dizem que, se uma comunidade entra nessa situação, leva anos até se recompor. Como no caso de um *pa'i*, que teve dois filhos que se mataram, e dizia que o melhor, nesse caso, seria abandonar totalmente o *tekhohá*, abrir outro e voltar depois de uns três anos, talvez.

Essas são as interpretações internas que captei. Agora se comprehende a dificuldade de recomposição da comunidade para a resolução de um problema com essas características contando com postos indígenas definidos, superpovoados e sem possibilidade de mudança para outro lugar, justa-

mente para se escapar dessa cadeia morte-assassínato, que vai junto.

A INTERPRETAÇÃO DO SUICÍDIO EM SEQÜÊNCIA KAIOWÁ: O ESPAÇO VITAL MÍNIMO

Fazendo uma interpretação, identifico quatro causas para os suicídios.

A primeira é a do espaço vital. Existe um espaço mínimo vital para cada sociedade. Por exemplo, um japonês precisa de um metro quadrado para se organizar; um canadense precisa de um quilômetro quadrado, se não fica meio perturbado. Os Pai estão no meio. Para realizarem-se precisam de um espaço adequado. Basta ir até uma aldeia Pai e ver que o pátio em frente à casa faz parte de sua área. Não se pode conceber uma casa sem um pátio livre em frente a ela. O pátio faz parte da casa e tem que ser suficientemente grande para se

fazer a dança ritual e para se observar quando o sol se levanta. Então, se essa unidade do espaço vital é muito pequena as pessoas ficam constrangidas de realizar as cerimônias que proporcionam o equilíbrio da sociedade.

Dentro da visão de bem-estar, de *tekoporá* dos Guarani é preciso, constantemente, de uma terapia de grupo. Precisa-se constantemente de um moderador da convivência por parte dos ñanderu, dos yvyraja, dos *pa'i*, dos moruvixa, que são os líderes políticos, para consertar a comunidade. É uma organização que só funciona à base do consenso. E são necessários certos elementos constantes para se obter o consenso. Dentro do sistema político Pai, não há outro jeito que não seja uma terapia constante para se manter o consenso. Sem o espaço vital para realizar as formas adequadas de obtenção do consenso a coisa vai mal.

Quando há uma concentração muito grande de pessoas existem duas saídas: ou permanecem Guarani mas, em situação ruim ou mal, ou se convertem em brancos, em batistas, em funcionários da Funai. Nesse último caso talvez fiquem melhor, psicologicamente, como indivíduos, mas, dentro da comunidade, sofrem muita pressão.

É isso justamente o que se passa em Dourados, Caarapó e Amambáí, algumas das áreas Kaiowá no Brasil onde têm ocorrido epidemias de suicídio. São os três maiores centros de acumulação da população Pai. É uma população marginal, suburbana. Lá existe um desequilíbrio social muito forte enquanto cultura própria.

MORRER COMO GUARANI

A segunda causa dos suicídios em cadeia é justamente a falta de perspectiva, que se manifesta de forma mais aguda entre os jovens. Eles estão nesse estresse de decidir entre ser Guarani, mas sem espaço

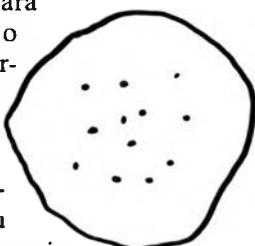
O PROJETO PAI-TAVYTERÁ E A SITUAÇÃO DOS PAI NO PARAGUAI

No caso paraguaio a situação dos Pai, nos anos de 1971/72 era a seguinte: aproximadamente 12 mil Pai sem nenhum hectare de terra reservada vivendo em uma situação extrema, a maioria deles tendo passado por duas ou três expulsões de seus *tekhohá*, a terra comunal onde viviam. Depois que se estabeleceu o "Projeto Pai-tavyterá" a situação deles, nos últimos vinte anos, mudou muito.

É um projeto de antropologia prática e de ação, iniciado em fins de 1971 por minha mulher, eu e dois colegas paraguaios. É apoiado por duas entidades privadas do Paraguai — a Associação Indigenista do Paraguai e a Missão de Amizade — e financiado por agências européias de linha ecumênica. Foi o primeiro projeto não-eclesiástico, não-religioso e não-militar no Paraguai. Foi o primeiro também a tentar aplicar a legislação fundiária a favor dos índios. As primeiras medições, as primeiras ratificações de terras para os Guarani no Paraguai foram feitas dentro desse projeto.

A situação atual é a seguinte: vinte mil Pai-tavyterá assentados em 38 comunidades, das quais 34 têm suas ter-

ras demarcadas e tramitadas, com sua posse real. 25 dessas comunidades têm o título próprio comunitário, o que significa que, pela legislação paraguaia, chegaram ao final do processo de legalização de suas terras e que tem personalidade jurídica própria, conforme a Lei 904, inspirada pelo trabalho do nosso projeto. Restam ainda quatro comunidades sem delimitação da área, ainda em processo de demarcação, e as restantes estão demarcadas mas ainda não têm personalidade jurídica própria. A partir desse ano todas as 25 comunidades Pai que têm personalidade jurídica própria formaram a Associação de Comunidades Indígenas Pai-tavyterá. Chamaram-na de Pai-retájoau, "União do país dos Pai". Tem também personalidade jurídica própria. Neste momento a situação de terras é satisfatória para a maioria das comunidades; não para todas, pois em alguns casos as terras não são suficientes, há migrações internas, mas não há, nessas comunidades, gente de fora, intrusos. Não há nada que seja comparável com um posto indígena como no Brasil. (Georg Grümberg)



Terra

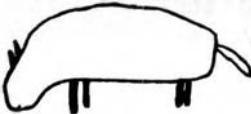
para tanto, ou converter-se em branco, mas sem aceitarem ser ou terem condições para isso. Acredito que eles se matam para continuarem a ser Guarani. Se eu fosse Guarani, e não pudesse sé-lo, mas se pudesse morrer como tal, eu preferiria morrer como Guarani para poder continuar existindo no sentido religioso e cultural. Agora, como pessoa, eu posso morrer vivendo, passando para o lado dos brancos. Eu posso ser piloto da FAB, mas eu estaria morto na minha cultura, na minha sociedade. Então, o adolescente, que está num momento de decisão — “o que eu vou fazer da minha vida?” — passa por uma crise. E se ele não tem a possibilidade de seguir vivendo como Guarani, mas tem a vontade de seguir sendo Guarani, a única solução lógica é matar-se. É por aí que entendo a falta de dramaticidade: trata-se de uma decisão muito racional que tem a ver com espaço e cultura.

O PROTAGONISMO HISTÓRICO

A terceira causa tem a ver com o protagonismo histórico guarani. Na cultura guarani, especialmente em épocas de guerra, o protagonismo heróico é fundamental, aparecendo com grande importância também em sua mitologia histórica. Trata-se do seguinte: numa situação de guerra eu somente posso ser líder demonstrando ser um herói.

Como para a maioria dos Pai a situação atual é considerada de conflito, faltam canais culturais abertos ao protagonismo heróico necessário para legitimar-se dentro de sua comunidade. Então um passo à vida depois da morte é considerado como um ato heróico, isso eu escutei entre os jovens Pai. Os velhos não concordam, pois, segundo eles, frente a nós eles sempre

Tatu criticaram essa atitude, considerando-a pouco social. A tônica das críticas dos velhos aos jovens era de que “é muito fácil matar-se, não é isso que se quer”. Mas os jovens,



Tatu

SUICÍDIOS DOS GUARANI: MESMAS CAUSAS, INTERPRETAÇÕES DIFERENTES

Não há, entre os antropólogos que estudam os Guarani, um consenso sobre as causas específicas que os levam ao suicídio.

Existe, no entanto, uma certa unanimidade sobre as causas gerais, como uma situação de contato extremamente desfavorável e configurada pelas relações com a Funai, missões, exigüidade territorial, trabalhos fora das reservas, dificuldade de estabelecimento de novas aldeias, etc.

Mas, ainda assim, não existe uma explicação unanimemente aceita das razões dos suicídios. A cada causa tomada isoladamente como explicativa, como a miséria das condições existenciais, existência de missões, exigüidade territorial, etc, pode-se responder com um contra-exemplo.

A conjugação de fatores mencionados por Grümberg não escapa dessa regra. O antropólogo Rubem T. Almeida, que trabalha e pesquisa os Guarani há vários anos como coordenador do Projeto Kaiowá-Nandewá (PKN), embora concorde com as causas gerais que levam ao suicídio, relativiza a importância atribuída a cada uma delas em particular. Por exemplo: a afirmação de Grümberg sobre “espaço vital” é questionada por Almeida, que pergunta: “E os Guarani que vivem na periferia de São Paulo, ou debaixo de pontes, em deslocamento contínuo? Por acaso eles dis-

entre eles, estão de certa maneira admirando seus colegas que se mataram dizendo: “Bom, fulano foi valente, se atreveu”.

O COMBATE AO “SATANISMO” E ÀS TERAPIAS DE REESTRUTURAÇÃO DOS PAI

Mas a quarta e principal causa dos suicídios em cadeia é a influência das missões. A missão evangélica, no caso paraguaio, parte da idéia muito bem expressa de que as práticas religiosas xamânicas são literalmente satânicas, inclusive aquelas destinadas a um reordenamento social no caso de suicídios. A atitude dos missionários é dizer que é pecado matar-se, que é uma “influência de Satanás”, que a culpa é daqueles xamãs “ende-

põem de um ‘espaço vital’?”. Almeida afirma ainda que as missões que atuam entre os Guarani do Paraguai também atuam no Brasil em áreas onde não se registram suicídios. Ele discorda também da alegada inexiste ncia de canais culturais que permitam o aparecimento de lideranças, e exemplifica: atualmente o líder que consegue um trator ou 30 kg de arroz é um “herói” para a comunidade, adquirindo prestígio considerável. Não lhe parece possível, também, que os Guarani considerem a possibilidade de continuar a viver, como “brancos” ou “crentes”, fora dos quadros de sua cultura tradicional.

Apesar de discordarem, no “varejo”, da importância das causas, existe, no “atacado”, uma concordância sobre as razões que levam ao suicídio. E mais: todos os antropólogos consultados concordam que os Guarani se matam, no fundo, para continuarem como Guarani. Não existem, para eles, alternativas existenciais fora de sua condição cultural étnica.

Em resumo, segundo as diversas interpretações, varia a importância das causas, em cada caso considerado. Mas a força do conjunto delas, que configuram um quadro de condições de vida extremamente desfavorável, é considerado, de forma unânime, como explicativo do suicídio. (PIB)

moniados”. Acho que até dizem que a culpa não é de fulano mas do “Diabo” que está dentro dele. Por isso, como não se pode matar os maus porque não seria cristão, a única solução, segundo os missionários, é fazer uma linha divisória absoluta. Por exemplo, em Pyypuku existem cinco famílias que aderem agora aos missionários, e estes lhe dizem: “nós somos cristãos humildes, somos minoria e estamos com Deus; e quem está com Deus não perde nunca porque está asssegurado o Céu para nós. Mas os irmãos de vocês estão sendo levados pelos demônios, e a única forma de defender-se é rezando e fazendo uma linha de separação absoluta de não-comunicação com os outros, justa-

mente para não deixar entrar o mal nessa pequena comunidade de heróis cristãos". Não podem dançar, beber *kangui*, fazer parte dos rituais, fumar (e o fumo faz parte das cerimônias xamânicas dos Mya-Guarani), e são gratificados, por essa incomunicabilidade, com bens materiais e com a salvação divina. Pode-se imaginar o que significa isso numa sociedade que funciona à base de consenso. É como um quisto, uma ferida aberta, perder uma perna, porque nada funciona. Tudo está numa situação de degradação social tremenda, porque qualquer problema sério se deve resolver coletivamente, mas, pela incomunicabilidade de cinco famílias, não se tem essa possibilidade. E também não se pode deixá-las de lado. Se alguém não colabora, toda a sociedade não funciona. A lógica seria expulsar essas famílias, mas isso os missionários não permitem. E aí entra o poder político, material, a presença missionária, que impedem a expulsão desse grupo. Isso porque os missionários querem que as famílias, propositalmente, fiquem lá, até que toda a comunidade se converta em fiéis deles. É um conflito proposital, empurrado pelos missionários. Consta que sabem que o desequilíbrio criado com os cristãos deles aumentou o alcoolismo e o suicídio, mas eles entendem isso como um problema social, loucura de demônios... Acham que esse é o preço da salvação, têm que se passar por isso para posteriormente formar a primeira comunidade cristã, purificada. Então deixam matar as pessoas para purificar suas cinco famílias.

Agora, a atuação dos missionários é um fator fundamental nos suicídios entre os Guarani. Não há outra explicação para o fato de que, em 38 comunidades dos Guarani do Paraguai, onde quatro delas têm esse problema de suicídios em cadeia, existe atuação missionária em três.

PERSPECTIVAS

No Paraguai, em termos gerais, pode-se dizer que as comunidades estão bem, não se pode falar de falta de terras, nem de espaço ritual. Ao contrário, a cada dois anos eles fazem rotineiramente o *mitapypy* (furacão de lábios dos meninos), que atua como um afiançamento forte da cultura e da religião deles, para o qual os neófitos se preparam durante três semanas em treinamento intensivo de dança e religião. Não se pode falar em declínio da identidade étnica, cultural e religiosa. No entanto, o problema é que esses jovens adolescentes que não passaram pelo período de luta pela terra não têm essa sensação de vitória que têm os da nossa idade, e os mais velhos ainda que conseguiram assegurar 50 mil hectares para 38 comunidades, construindo novamente o país dos Pai.

Esses jovens, portanto, que não passaram por isso, têm mais contato positivo com a população paraguaia e brasileira e já não vêm um ideal de vida na agricultura com vida ritual regular dos Pai como satisfação. Existe uma tendência dos jovens de procurar outros ofícios como motorista, tudo o que tem a ver com mecânica, manualidade. Os Guarani sempre se preocuparam em desenvolver esse tipo de habilidade. Isso é o que se chama de *katupypy*, habilidades manuais profanas que os Guarani buscam sempre desenvolver. São necessárias novas carreiras, novas perspectivas de realização material

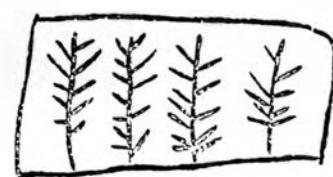
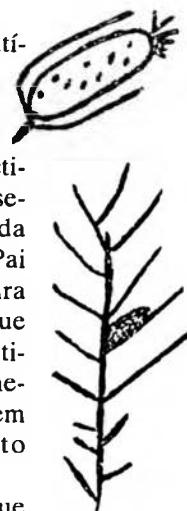
e profissional que sejam compatíveis com essa busca de desenvolvimento do *katupypy* dos Pai e, ao mesmo tempo, crie uma resposta a esse desejo de perspectiva profissional, de vida, que não seja conflitante com o quadro da cultura tradicional. A idéia dos Pai do lado paraguaio é dizer: "Para restabelecer o equilíbrio temos que oferecer mais conhecimentos do tipo *katupypy* porque os outros conhecimentos nós temos; e temos em exuberância, 'funciona' muito bem".

Chegamos à conclusão de que nesse momento em que queremos fazer uma continuação do projeto Pai-tavyterá, através de uma assessoria à associação de comunidades, estamos pensando em criar um centro de capacitação itinerante que capacite os Pai, desde apicultura até carpintaria. Abrir espaço para viver como Guarani, sem se matar, em ligação com a terra, é uma medida terapêutica. Esse espaço de aprendizagem tem a ver com legitimar-se dentro de sua comunidade, no sentido religioso de dar sentido à vida. A vida social pode trazer situações de depressão que todo ser humano passa pelo menos uma vez em sua existência. O que buscamos é, dentro desse espaço social, o equilíbrio do consenso, a reafirmação cultural religiosa e o combate à influência missionária, comprovadamente nociva.

QUEM É GEORG GRÜMBERG?

Georg Grümberg, austríaco, 47 anos, é antropólogo pela Universidade de Viena e pela Universidade de São Paulo. Fez tese sobre os Kayabi, grupo tupi do Mato Grosso entre 1965 e 1966. Esteve sete anos entre os guarani do Paraguai como coordenador do projeto Pai-tavyterá. Fala guarani. Atualmente é professor da Universidade de Viena e assessor de projetos para a América Latina do Instituto para Cooperação Internacional, uma organização privada

(ONG) que trabalha basicamente com fundos governamentais. Seu depoimento é uma versão das análises feitas durante encontro dos participantes do projeto Pai-tavyterá em Assunción do Paraguai (abril de 1991), e que reuniu, entre outros, o antropólogo brasileiro Rubem Almeida e o pesquisador jesuíta Bartolomeu Meliá. Este depoimento foi gravado no Cedi (São Paulo) no 25 de abril de 1991, e editado por Beto Ricardo e André Torral, da equipe do projeto Povos Indígenas no Brasil.



Milho

Gli Italiani nel Brasile



A última encíclica de João Paulo II, continuadora da Doutrina Social da Igreja e elaborada na conjuntura de crise do socialismo, apresenta uma certa visão idealizada do capitalismo. Na América Latina a situação é bem diferente

J. B. Libanio

João Paulo II acaba de publicar a encíclica *Centesimus Annus*, em comemoração do centésimo aniversário da encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII. Em 1891, Leão XIII publicava essa encíclica com o sugestivo nome de "Das coisas novas". Que coisas novas eram essas?

A modernidade surge de dentro da cristandade, como uma novidade ameaçadora para a Igreja. Assumi a forma econômica do modo de produção capitalista que mostrou enorme vitalidade, ao acelerar

o progresso industrial, mas carregou no seu bojo gigantescas injustiças sociais. Essa profunda transformação social provocou no mundo operário uma reação de organização e luta. As teorias de Marx serviram-lhe de base teórica. Outra novidade ameaçadora! Assim, numa palavra, as "coisas novas" eram o conflito cada vez mais dilacerante entre capital — entendam-se os grupos humanos que o detêm — e trabalho — entendam-se as massas de proletários: a "questão operária"!

Doutrina social. Até Leão XIII, a Igreja Católica vinha rejeitando essas "coisas novas", por serem uma contradição ao espírito cristão. A partir da *Rerum Novarum*, ela começa a elaborar um ensinamento ou doutrina social (DSI). Nessa rede de documentos, insere-se a *Centesimus Annus*. É o terceiro grande documento do atual pontificado, depois de um relacionado mais diretamente com o trabalho — *Laborem Exercens* — e de outro sobre problemas sociais internacionais, *Sollicitudo Rei Socialis*.

A DSI conjuga sempre dois mo-

ENCÍCLICA CENTESIMUS ANNUS DO SOCIALISMO REAL AO CAPITALISMO IDEAL, SEM PERDER A UTOPIA DOS POBRES

vimentos internos: um vem da longa tradição eclesial, que retoma as coordenadas permanentes da fé cristã ou da filosofia ética esposada por essa mesma tradição; o outro responde à conjuntura que deu ocasião ao texto.

Nos últimos documentos, sobretudo deste pontificado, a dimensão antropológico-teológica tem sido mais acentuada, a partir de uma leitura cristológica do homem e da realidade em geral. A Encarnação do Verbo marcou definitivamente o ser humano, ao conferir-lhe uma dignidade absoluta que nunca lhe pode ser negada. Em nome dela, a presente encíclica instaura críticas às formas históricas da atual sociabilidade humana e reconhece, com alegria, "um grande movimento empenhado na defesa da pessoa humana e na tutela da sua dignidade", inspirado pelos ensinamentos da Igreja.

A DSI encaminha-se numa leitura humanista da realidade, de defesa dos direitos inalienáveis do ser humano, quer na sua singularidade, quer na sua convivibilidade. Sob essa chave, a presente encíclica relê e recapitula, na primeira parte, as

principais contribuições da *Rerum Novarum*, de Leão XIII: a dignidade humana do trabalhador; a verdade do homem, sua dimensão de transparência e de liberdade; a justiça social, o direito à livre iniciativa e à propriedade privada; a defesa, por parte do Estado, desses direitos, mas, de modo especial, dos mais desprotegidos. Essas verdades transformam-se, desde então, em patrimônio permanente da DSI. Como diz João Paulo II, “a linha condutora da encíclica (*Rerum Novarum*) e de toda a doutrina social da Igreja é a correta concepção da pessoa humana e de seu valor único, enquanto o ‘homem (é) a única criatura sobre a terra a ser querida por Deus por si mesma’” (n. 11).

Conjuntura da encíclica. A coordenada conjuntural da *Centesimus Annus* é dada pela atual situação do Leste europeu, interpretada e saudada como ruína definitiva do marxismo, do socialismo real. O *pathos*, que a atravessa, reflete a experiência vivida durante longos anos sob regimes do Leste europeu de uma fé religiosa reprimida e de valores fundamentais humanos violentados e do recente triunfo não-violento dessa mesma fé e valores.

Marcam toda a encíclica uma versão sofrida, desde dentro, dos desacertos do socialismo real e uma certa esperança idealizada de que o capitalismo, corrigindo seus abusos, seja o sistema-solução para o Leste europeu e também para o Terceiro Mundo. Não se trata, de modo algum, de uma leitura entusiasta e ingênua do capitalismo. Antes, temerosa. Mas, no nível da comparação, de onde se vinha, o capitalismo manifesta uma face mais humana que o socialismo, sobretudo nos aspectos da liberdade cultural e religiosa, da livre iniciativa, do mercado livre, da criatividade produtiva, da capacidade de desenvolver as forças produtivas, etc. O socialismo é apresentado, por sua vez, já como falido e, portanto, sem nenhuma possibilidade de futuro.

À pergunta sobre se o capitalismo é a solução, a encíclica responde sem ambages: “se por capitalismo se indica um sistema econômico que reconhece o papel fundamental e positivo da empresa, do mercado, da propriedade privada e da consequente responsabilidade pelos meios de produção, da livre criatividade humana no setor da economia, a resposta é certamente positiva, embora talvez fosse mais apropriado falar de ‘economia de empresa’, ou de ‘economia de mercado’, ou, simplesmente, de ‘economia livre’” (n. 42).

Um capitalismo bem comportado, que evite as desumanidades do capitalismo selvagem, que favoreça sobretudo a criatividade, a livre iniciativa, a empresa participativa, poderá ser a solução para o futuro. Mas pairam sempre no horizonte o risco e o medo da “ideologia radical de tipo capitalista” que não leva em conta a miséria, a marginalização e a exploração dos pobres.

Capitalismo real. A encíclica marca considerável diferença de horizonte de leitura em relação aos textos sociais da América Latina. Aqui, quan-

do se parte das conhecidas desumanidades terríveis do capitalismo real, sonha-se com um socialismo ideal. A encíclica, pelo contrário, critica o socialismo real no horizonte do capitalismo ideal. Na América Latina, a livre iniciativa, a criatividade empresarial produtiva, a liberdade de comércio, vistas positivamente na encíclica, estão a serviço de pequena minoria, em benefício de uns poucos. Enfim, a economia livre, de que fala a encíclica, é para uso de grupos minoritários privilegiados. Até mesmo empresas nacionais sofrem a tirania de gigantescos grupos econômicos transnacionais, que aproveitam da liberdade capitalista para explorar mais. O capitalismo real tem outra face bem diferente da descrita no texto, não por causa de abusos esporádicos, mas por causa de sua configuração estrutural em nosso continente.

A coordenada conjuntural da Centesimus Annus é dada pela atual situação do Leste europeu, interpretada e saudada como ruína definitiva do marxismo, do socialismo real

ENCÍCLICAS DOS PAPAS SOBRE QUESTÕES SOCIAIS

Entre os principais documentos da Doutrina Social da Igreja (DSI), podemos elencar os seguintes: a *Rerum Novarum* (RN), de Leão XIII, que trata da condição dos operários; a *Quadragesimo Anno* (QA), de Pio XI, 1931, lembrando os 40 anos da RN, sua importância e benefícios, e atendendo mais à análise da “questão econômica” (recorda-se a crise de 1929); a *Mater et Magistra* (MM), de João XXIII, 1961, que assume, como tema central, o subdesenvolvimento; a *Pacem in Terris* (PT), de João XXIII, 1963, que destaca a problemática da paz mundial como fruto de uma política solidária a nível mundial; a *Populorum Progressio* (PP), de Paulo VI, 1967, que aborda a questão do desenvolvimento integral das pessoas e das nações; a *Octogesima Adveniens* (OA), de Paulo VI, 1971, que comemora os 80 anos da RN, evidenciando o cará-

ter dinâmico da DSI; a *Laborem Exercens* (LE), de João Paulo II, 1981, que trata do trabalho humano como chave da questão social, com seus aspectos conexos; a *Sollicitudo Rei Socialis* (SRS), de João Paulo II, 1987, que, ao comemorar os 20 anos da PP, relança o debate sobre o desenvolvimento integral como realidade que envolve todas as nações, do Primeiro ao Quarto Mundos; e a recém-publicada *Centesimus Annus* (CA), João Paulo II, 1991, que comemora, por sua vez, o centenário da RN, lembrando os traços característicos desta primeira encíclica social, bem como o quadro histórico atual; faz menção especial à queda dos regimes do Leste europeu, trata da propriedade privada e do destino universal dos bens, do Estado e Cultura e do ser humano como caminho da Igreja. (Nilo Agostini, Caderno Idéias/Ensaio, JB, 22/6/91)

Vale do capitalismo real a posição negativa da encíclica quando descarta, como caminho viável, quer para o Leste europeu quer para os países do

Na América Latina, a livre iniciativa, a criatividade empresarial produtiva, a liberdade de comércio, vistas positivamente na encíclica, estão a serviço de pequena minoria, em benefício de uns poucos

vitória do capitalismo no mundo da produção vem da sua enorme força persuasiva. E esta apóia-se, não no serviço, no espírito social e público, mas nos interesses dos indivíduos, no prazer individual, na fruição da abundância de bens, ainda que seja, para muitos, somente no nível da fantasia e do desejo.

Uma leitura idealizada do capitalismo não percebe como ele explora o lado mais fraco do ser humano —

vez até mesmo aprendidos do socialismo e do cristianismo, que o tem tornado, em algumas de suas manifestações, mais próximo de direitos fundamentais da pessoa humana. Talvez esteja aí o sentido de muitas afirmações da encíclica *Centesimus Annus*.

Críticas ao capitalismo. Mesmo no horizonte de uma leitura idealizada do capitalismo, as críticas ao capitalismo real são contundentes. Sobretudo nas últimas páginas (ns. 53-62), a encíclica acorda a humanidade para sonhos utópicos de maior envergadura. Reflete o próprio sonho de Jesus, ao colocar como único objetivo da DSI “o cuidado e a responsabilidade pelo homem”, “homem real, concreto, histórico”, cujo sentido verdadeiro se encontra na Revelação divina. A Igreja quer ser “sinal e salvaguarda do caráter transcendente da pessoa humana”. O papa teme uma vitória unilateral do capitalismo, sem preocupação com a “dramática situação do subdesenvolvimento, que, a cada dia, se torna mais grave”. A autenticidade da DSI vem, em primeiro lugar, “do testemunho das obras”, da “opção preferencial pelos pobres”, da “promoção da justiça”. “O amor da Igreja pelos pobres, que é decisivo e pertence à sua constante tradição, impele-a a dirigir-se ao mundo no qual, apesar do progresso técnico-econômico, a pobreza ameaça assumir formas gigantescas”. A encíclica conclui com palavras inspiradas, proféticas e utópicas, despertando, no meio de vitórias econômicas do capitalismo, a consciência humana e cristã para os continentes dos pobres, sempre em crescimento, e incentivando-a à construção, com o dom da graça, de uma ordem social fundada no espírito de colaboração e solidariedade.



Terceiro Mundo, um “sistema onde a liberdade no setor da economia não está enquadrada num sólido contexto jurídico que a ponha a serviço da liberdade humana integral e a considere como uma particular dimensão desta liberdade, cujo centro seria ético e religioso” (n. 42). A ética do capitalismo real é a maximização do lucro, a internacionalização do capital e do poder, a sofisticação tecnológica em vista da concorrência, o abusivo consumismo para a satisfação das necessidades, em grande parte, criadas artificialmente. E é a partir dos interesses e do poder do capitalismo real de explorar que se têm criado as instituições jurídicas em nossos países. Daí elas não responderem às condições e imperativos colocados pelo papa.

Se se analisa com objetividade, a

seu egoísmo, sua busca de prazer próprio —, enquanto o socialismo, em vão, tentou apelar para um espírito solidário. E quis fazê-lo, à força, ao levar as forças produtivas ao desestímulo econômico, à perda da competitividade. E uma vez que assumiu a forma da força e da pressão, descambou para os avatares do totalitarismo e corroeu até mesmo os valores sociais que defendia.

O realismo da encíclica nos faz pensar que, apesar da proximidade maior do socialismo ideal com os valores cristãos de solidariedade, a sua viabilidade histórica, ao querer realizá-los pela força, entrou em choque violento com valores fundamentais de respeito à pessoa humana. E, por sua vez, o capitalismo, apesar de explorar o lado mais vulnerável da natureza humana concupiscente, tem encontrado alguns mecanismos, tal-

João Batista Libanio, teólogo jesuíta, é autor de diversos livros tais como *Escatologia Cristã* (Vozes) e *O que é pastoral* (Brasiliense)

As comemorações, em 1992, da chegada dos europeus ao nosso continente têm possibilitado diversas interpretações do evento. Os luteranos analisam o fato com muito realismo e sem usanismsos

Gottfried Brakemeier



PERSPECTIVA DE UMA IGREJA DE IMIGRAÇÃO 500 ANOS DE COLONIZAÇÃO

Com exceção dos povos indígenas, todos os grupos étnicos da América Latina devem ser considerados imigrantes. Uns aportaram mais cedo; outros, mais tarde. Uns vieram como senhores; outros foram trazidos à força como escravos. Afluíram contingentes étnicos maiores ou menores, com motivação diversa. A América Latina se caracteriza pela plurinétnia. Mas, exceto os índios, todos descendem de imigrantes, até mesmo a população ibero-lusitana. Com alguma razão, pois a história da América Latina — e também a da América do Norte — pode ser descrita, desde 1492, como a história de uma gigantesca imigração que se apoderou do Continente e lhe mudou a face.

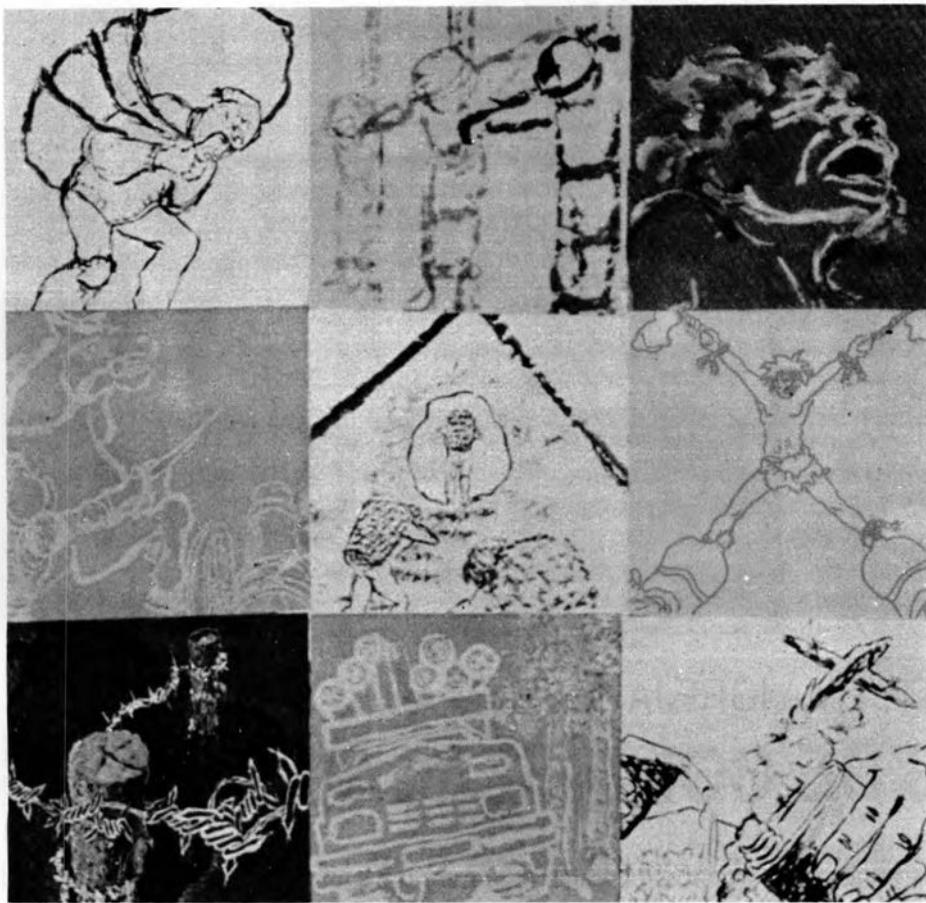
A história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) se insere nesse processo. Ela teve início em 1824, quando chegaram ao Brasil os primeiros

evangélicos luteranos, oriundos da Alemanha. Eram, em sua maioria, bôbias-frias, meeiros, agricultores sem terra. Não vieram por livre e espontânea vontade. Foram expulsos de sua pátria pela fome e pela miséria, e atraídos pelo governo brasileiro para fins de “branqueamento da raça”, de ocupação de territórios fronteiriços e de substituição gradativa da mão-de-obra escrava que começava a escassear. Foram jogados contra a população indígena, com a qual travaram uma luta de sobrevivência, de parte à parte. Muitos morreram, vítimas de uma cruel política de colonização que os usou, marginalizou e que, inclusive, conseguiu transformá-los em cúmplices da repressão e do extermínio do índio.

A marginalização continua em nossos dias. Manifesta-se no estrangulamento do pequeno agricultor pela política agrária vigente no País, obrigando-o a vender suas

terras e a voltar a imigrar — de uma miséria para outra.

Também para a IECLB, o retrospecto a cinco séculos de história latino-americana é importante e necessário. Boa parcela dessa história transcorreu sem a sua participação. As estruturas políticas, religiosas e sociais do País já estavam montadas quando os primeiros evangélicos chegaram. O espaço que lhes restou foi de pouco destaque e de pouca influência. Ainda assim, a IECLB não deixa de ser herdeira de toda a história da América Latina. Sofremos sempre as consequências do passado, mesmo quando não é “nossa”. Ademais, é de se perguntar se a sorte dos imigrantes evangélicos não é, de certa forma, típica a outros grupos. Como se relaciona a história particular da IECLB com a história geral da América Latina? Como devemos nós, evangélicos luteranos, comemorar devidamente os 500 anos de colonização do Continente?



Os primeiros luteranos vieram para o Brasil expulsos de sua pátria pela fome e pela miséria e como força substitutiva da mão-de-obra escrava

Povos indígenas. O primeiro dado a ser respeitado é que, para os povos indígenas, o saldo dessa história se apresenta catastrófico. Sofreram verdadeiro genocídio e suas culturas foram destruídas. Os últimos sobreviventes estão morrendo hoje. Será possível reverter a situação? Também para os negros, estes 500 anos têm significado predominantemente sofrimento e humilhação. O “descobrimento” da América Latina se deu fundamentalmente como conquista, marcada pela mentalidade da exploração. Dela se tornaram vítimas inúmeras vidas humanas e os recursos naturais da terra. Os avanços tecnológicos trazidos pelos imigrantes e os seus indubitáveis feitos culturais devem ser vistos neste

sombrio pano de fundo. Ele não permite o triunfalismo. Dele será capaz somente quem desconhece os duros fatos do passado. As crueldades que enchem as páginas da história latino-americana exigem antes a tristeza, sim o luto. Elas continuam a pautar o presente. Aos explorados de ontem se juntam os de hoje, que pagam, com as suas vidas e seu bem-estar, pelo que se chama de progresso. Sob muitos aspectos, a América Latina continua, na condição de “colônia”, como objeto de extração de riquezas às custas de milhões de pessoas e às custas de seu meio ambiente, fauna e flora.

A IECLB se confessa simultaneamente vítima e co-responsável por esta realidade. Ela mesma viveu a marginalidade, por razões religiosas, sociais e políticas. É atingida hoje pelo agudo empobrecimento no País. Essas experiências deveriam facili-

tar-lhe a solidariedade com quem sofreu e sofre. Mas também ela está sob o imperativo da reorientação. Fomos contagiados pela mentalidade da exploração — o que é culpa —, pela qual nos compete implorar o perdão de Deus.

Não há como revisar a História. Não podemos ressuscitar mortos nem indenizar perdas irreparáveis. Mas podemos colaborar para que a América Latina e, particularmente o Brasil, venha a ser um espaço em que todos tenham garantida a vida. O Continente clama por fraternidade, justiça e paz. Como cristãos evangélico-luteranos, somos chamados a nos empenhar por esta causa.

Tipos de evangelização. Os imigrantes europeus vieram como cristãos. Queriam implantar o Evangelho no Continente. Porém, o esforço missionário que empreenderam se misturava com a ganância, a prepotência, o barbarismo. Revestia-se de profunda ambigüidade.

Prevalecia uma evangelização sem amor que não hesitava em impor a fé a ferro e fogo. Em muitíssimos casos, missão servia somente de pretexto para sujeitar os incrédulos, reduzi-los a escravos ou, em caso de resistência, aniquilá-los. A história da evangelização na América Latina está manchada de sangue. Ao lado desse tipo de evangelização, porém, houve também, outra, fraca é verdade, todavia existente, que denunciava as atrocidades dos dominadores, rejeitava a espada como instrumento de missão, apostava no amor. Não conseguiu conter a violência e o crime; entretanto, semeou esperança, colocou sinais autenticamente evangélicos, deixou o bom exemplo. Deus sabe dos seus frutos.

Também, na história da IECLB, há erros e fraquezas humanas a lamentar. Temos sido uma Igreja demasiadamente introvertida. Ficamos devendo o testemunho e o amor à sociedade na qual vivemos. Simultaneamente,

porém, respeitamos a obra de inúmeros membros da IECLB, fiéis à causa de Jesus Cristo e engajados em construir comunidade evangélica a despeito de privações e dificuldades. Cabe-nos resgatar a boa tradição evangelística do passado que, juntamente com a fé, se empenhou na preservação da vida das pessoas, semeando a paz e a alegria e capacitando para a glorificação de Deus.

Revendo a história. O retrospecto histórico é um exercício salutar. Embora o passado não possa ser corrigido, pode ensinar a evitar erros no futuro. Por isso, a comemoração dos 500 anos de colonização inevitavelmente confronta com a pergunta pelo caminho a seguir, tanto na Igreja quanto na sociedade. Algo há para ser reparado. Temos um compromisso com a dizimada população indígena no País. O genocídio pode ser sustado. O esforço por este objetivo faz parte de nossa missão. Algo semelhante vale para os negros e demais segmentos oprimidos. Convivência fraternal, em respeito mútuo e em justiça social, é possível.

Da mesma forma, cabe perguntar pelo futuro da evangelização. A aprendizagem da fé, do amor e da esperança é uma das grandes urgências em nosso continente. Importa, porém, proceder com cautela e, sobretudo, com muito amor, a fim de não violentar as pessoas e de programar, assim, o fracasso. Os fatores culturais e so-

ciais são de suma importância. Ademais, toda missão autêntica precisa do espírito ecumênico. A brutal concorrência no campo religioso agrava as cisões na sociedade e acarreta, a longo prazo, perda de credibilidade. Isto não significa ni velar o critério da verdade. Significa, sim, insistir em fraternidade eclesial também no campo da missão. A fé, para ser autêntica, precisa da aliança com o amor e vice-versa. E para a esperança vale o mesmo. A IECLB está chamada a ser Igreja missionária, servindo à vida em todas as suas dimensões.

Sem ufanismo. Assim sendo, o evento dos 500 anos de descobrimento das Américas, em 1992, não deixa margem para o ufanismo. Confronta com o pecado humano, em passado e presente. Coloca em evidência as monstruosidades de que o ser humano é capaz, e exige a solidariedade com as vítimas. Confessamos a nós mesmos profundamente imersos nesta história, ora mais, ora menos, como objetos e sujeitos, perplexos e consternados. Como IECLB, somos, de certa forma, produtos dessa história, bem como agentes. Precisamos do perdão de Deus e do reconhecimento de sua vontade para hoje.

Todavia, em meio à culpa humana e a despeito dela, há também os sinais do agir de Deus e de sua graça. O ser humano imprimiu à história da América Latina os seus caracteres. Mas também Deus não esteve au-

sente. Cabe detectar os passos de Deus na resistência ao pecado, na fé verdadeira e no amor, que não deixam de ser realidade ao lado do que provoca o luto e a inconformidade. Importa, tão-somente, não confundir o pecado e a ação divina. O jubileu exige a avaliação criteriosa do passado a fim de não ser encoberto nem o mal cometido nem o agir gracioso de Deus.

A partir daí se coloca o presente como tarefa a ser assumida. Oferece

O “descobrimento” da América Latina se deu fundamentalmente como conquista, marcada pela mentalidade da exploração

chances a serem aproveitadas. A plurietnia do povo brasileiro, por exemplo, é uma riqueza desde que vista como patrimônio conjunto, administrada no espírito da parceria e traduzida em aprendizagem mútua. É bem verdade que os desafios da atualidade são imensos. A herança histórica pesa forte nos ombros da Nação. Carece de justiça e de respeito à vida. Mas a fé não permite a resignação. Encoraja a colocar as mãos à obra com o objetivo de construir um futuro mais condizente com os propósitos graciosos do Deus Criador.

Gottfried Brakemeier é pastor luterano, presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e da Federação Luterana Mundial.

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

LEIA E ASSINE EMBAIXO

A Revista POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS, do IBASE, é a opção para quem procura a verdadeira lógica dos fatos.

Todo mês, são analisadas as últimas medidas do governo federal e avaliadas as suas consequências na sociedade brasileira. Um resumo crítico do que acontece de mais importante no Brasil.

Se você deseja algo mais do que a simples notícia, **assine** POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS.

Peça um exemplar **grátis** para consulta.

IBASE

Rua Vicente de Souza, 29 ·
Botafogo · Rio de Janeiro ·
Cep: 22251 · ☎ (021) 286-0348

O TERROR DO ESPelho

Ao que tudo indica, comer um tijolo diariamente faz mal à saúde. Mais do que dois maços de cigarro. No entanto, nunca encontrei médico que combatesse este pernicioso hábito. Falam do perigo do torresmo, das picanhas engorduradas, das frituras, do açúcar, da vida sedentária, da cerveja... Mas sobre o perigo da ingestão de tijolos o silêncio é total. Claro. Não é preciso. Ninguém deseja comer tijolos.

A proibição aparece somente no lugar onde mora o desejo. Os bombeiros só são chamados quando existe incêndio. Está proibido (inutilmente) cobiçar a mulher (e o marido) do próximo. Porque se cobiça, é óbvio. E também está comandado honrar pai e mãe porque, imagino, até os escritores sagrados sabiam sobre Édipo, a sinistra mistura de ódio e desejos proibidos que estão misturados nas relações entre pais e filhos. E se está proibido matar e roubar é porque estes desejos estão bem vivos dentro da gente. A proibição revela sempre a presença do seu oposto, no lado do avesso, escondido.

Vai isto como introdução à continuação de nossas meditações demonológicas, já iniciadas. Para absolver o Diabo de uma acusação injusta que sempre se lhe faz, de que ele coloca desejos impuros na cabeça dos pobres mortais. Nada mais longe da verdade. Esse poder não lhe foi concedido. Não se pode colocar um desejo no coração de ninguém. O que se pode fazer é abrir as portas para que os que já existem, trancados e silenciados, apareçam na sala de visitas onde os convivas, na companhia grave de clérigos e princípios de moral, falam sobre as coisas sobre que todos concordam e que não fazem ninguém enrubescer. O Diabo não joga porcaria dentro da fonte. Ele só mexe no lodo que repousava no fundo da água limpa... E aí começam a surgir sapos, cobras, escorpiões – e o rosto de Narciso vira coisa feia.

Mas não é só isso que as artes do Diabo fazem aparecer. O fundo das águas é lugar encantado, onde moram também lindas criaturas, sereias, iaras, borboletas de asas coloridas, gaivotas planantes no ar, barcos à vela entrando no mar, e até mesmo uma Bela Adormecida. Vivem lá, submersas, esquecidas... Mas quem as submergiu? Nós mesmos. Algumas, por serem feias demais. Foram escondidas por vergonha, como antigamente se escondiam os urinóis nos criados-mudos. Outras, por serem belas demais, ousadas demais, livres demais, e faltar-nos coragem para tomá-las como companheiras: por medo de voar, por medo de navegar, por medo de amar. A beleza faz convites que assustam...

Pois é só isto que o Diabo faz: acorda os desejos que já moravam em nós. Ele não bota o ovo. Só quebra o ovo que nós botamos, para ver o que tem lá dentro, se vida ou morte.

Sutil. Sutilíssimo. Os textos sagrados dizem que a serpente era a mais sutil de todas as criaturas que Deus havia colocado no jardim. Escorrega com fala mansa até o lugar onde moram os nossos desejos. Cheguei a pensar que ela foi o primeiro psicanalista, pois ambos estão à procura da mesma coisa: os desejos esquecidos.

É aí que começa a segunda parte da sua tarefa. Primeiro soltou os desejos. Depois, como sutil testador, nos coloca a questão: “Você sabe que não é possível ficar com todos. É preciso escolher. Se você tivesse que rejeitar todos, menos um, qual seria o escolhido? Onde está o seu coração? Qual é a sua verdade?”. E começa a fazer como os oftalmologistas que colocam uma lente e depois outra no nosso olho e dizem: “Esta ou aquela?”. O que é que você mais ama? Qual é a sua verdade? E nos vai despertando, como quem desperta uma

flor, para ver o que sobra, para ver o que somos. Pois somos o que desejamos. A alma é um espaço onde se ouvem as mais distintas melodias: selvagens ritmos de tambores, cósmicos corais gregorianos, bandas de rock metaleiro, flautas doces, canções de ninar, canções de amar, marchas militares — tudo, ao mesmo tempo. E o Diabo nos faz decidir: "Esta ou aquela?". Afinal, qual é a sua?

E chegamos, então, a esta estranha conclusão: o Testador está a serviço do amor. Vai nos obrigando a decidir. Na medida em que decidimos, os contornos de nosso rosto vão ficando cada vez mais claros, refletidos na água da fonte.

Álvaro de Campos tem um verso que diz mais ou menos assim: "Sou o intervalo entre o meu desejo e aquilo que os desejos dos outros fizeram de mim". Intervalo, um espaço indefinido onde a minha Verdade se perdeu, enfeitiçada pelo pedido dos Outros. Os Outros pedem que não sejamos o que somos; que sejamos só o que Eles desejam. E ficamos sem rosto.

Só máscaras. Cebolas sem cerne, só casca. O Diabo nos coloca entre o martelo e a bigorna, e vai nos forçando a tomar decisões. Pode ser que, ao final, tenhamos a experiência suprema de horror. Quando, diante do espelho, não vemos rosto algum, apenas os rostos dos Outros. Acho que é por isto que todo mundo fala mal do Diabo: porque, além de ser ferreiro de martelo e bigorna, é também especialista em beleza, com espelho na mão. E o reflexo no espelho dói mais que o martelo na bigorna...



Flávia M. Barcelos

AS QUESTÕES QUE CUBA ENFRENTA

O futuro de Cuba tem sido alvo de muitos debates e especulações, quase sempre de forma simplista ou ideologizada. As grandes questões que serão tratadas no IV Congresso Nacional do PC Cubano fornecem elementos de análise importantes

Cláudio Nascimento

Em relação a Cuba, domina na mídia uma leitura mecânica e simplista, escamoteando os traços particulares da revolução cubana, assimilando-a, acriticamente, às experiências dos socialismos do Leste europeu. Entretanto, nem tudo é obra dos EUA e do imperialismo. A própria revolução cubana não conseguiu transmitir uma imagem diversa, que reflete, com todos os problemas e contradições, o autêntico desafio atual. Portanto, existem raízes que são internas, profundas, e que têm base em questões de caráter político-ideológico. Por exemplo, a cópia mecânica de elementos de outras experiências, o recurso dogmático a mecanismos político-ideológicos importados de outras latitudes e mentalidades. Entretanto, estes erros fazem parte da atual agenda de retificação cubana.

É importante acrescentar que a capacidade de autocritica e correção não é inédita em Cuba. A história da revolução é a própria história de um processo de busca e assimilação de experiências na base de reconhecimento dos erros. Este é o espírito dominante na atual etapa de reflexão, debate e balanço, talvez a mais complexa de toda a história da revolução cubana.

A retificação, iniciada nos anos de 1980, vem-se aprofundando e assumindo novos espaços. Por exemplo, devido à invasão de Grâna-
da, produziu-se uma mudança qualitativa na concepção e estratégia militares de Cuba. Do sistema convencional de defesa, garantido por um exército profissional, se passou a uma concepção de guerra popular que implica a participação de toda a população através de milícias territoriais. O processo de retificação se amplia para o campo ideológico e para a política de quadros, atingindo profundamente o sistema educacional. Iniciou-se um processo experimental de pesquisa de alternativas no campo da economia, envolvendo as formas de dire-



ção e organização da gestão produtiva. Essa discussão abre, com um debate, ainda tímido, novas possibilidades para a democracia participativa.

A convocação para o IV Congresso Nacional do Partido Comunista Cubano (PCC), previsto para 1991, constitui um documento político que sintetiza a agenda do atual debate em Cuba. Apresentamos uma síntese, a partir de um texto da revista *Pensamiento Propio*, assinado por Gerardo Timossi (do CRIES), que expõe os principais eixos da Convocatória (em Trabalhadores, março de 1990).

1. A solução de importantes problemas sociais acumulados, como habitação, e ampliação e aperfeiçoamento de outros, como saúde, educação, prioridades da revolução. Este eixo não é novo, contudo objetiva-se um nível muito superior em relação ao passado. Só em Havana, prevê-se um programa de conclusão de 15 mil habitações, mais de 200 consultórios para médicos responsáveis da medicina de base nos bairros, novos centros de ensino, construídos pelas microbrigadas de trabalhadores.

Sem dúvida, o corte da ajuda dos países do Leste (COMECON) traz dificuldades enormes para realização desse programa.

2. A economia ocupa um papel central: a opção de diversificar as relações econômicas externas, reduzindo a dependência em relação ao Leste europeu e incorporando novos setores, como: turismo, biotecnologia, indústria farmacêutica e produção de alimentos. Inclusive, já foi tomada a decisão de promover empresas mistas com o capital estrangeiro!

A questão econômica é o calcanhar-de-aquiles desta transição do subdesenvolvimento. A necessidade de aumentar o consumo de bens e melhorar os serviços para a população é um dos maiores desafios. Ressurgem as velhas, porém sempre novas, questões: o papel do

mercado, a descentralização da gestão, a planificação central, os incentivos materiais.

3. Está em debate uma revisão profunda dos métodos de trabalho do PCC. A reflexão atual aponta para o aumento da capacidade de mobilização com base nos valores nacionais e no reforço dos métodos de ação de massa. De partido tradicional de vanguarda, para partido integrador de um projeto nacional. A mudança diz respeito a problemas fundamentais: democracia interna, mecanismos consensuais, hegemonia ativa, respeito às diferentes correntes de opinião, ingresso no PCC de distintas confissões religiosas.

4. Acentua o debate interno, na confluência de uma identidade nacional enraizada no pensamento latino-americano e universal. Implica a ressurreição das ciências humanísticas e sociais, a valorização do papel dos intelectuais e o aperfeiçoamento da política de informações.

5. Visa à questão da democracia: os defeitos dos mecanismos do Controle Popular, a insuficiência da participação de massa no debate, nas definições e decisões; a necessidade de potencializar a capacidade de mobilização e a representatividade das organizações políticas e de massas, e a carência na política de quadros. Propõe uma revisão integral de métodos, mecanismos e de estilo das instituições do sistema político. Em relação ao Poder Popular, base de todo o sistema, prevê-se o reforço do controle do povo sobre o governo. Maior autoridade para os delegados de base (eleitos pelo voto direto e secreto) e das Assembléias Municipal e Provincial do Poder Popular.

Em relação à instância máxima, a Assembléia Nacional do Poder Popular, exige-se um exercício de poder mais sistemático e eficaz, que garanta o controle sobre o Estado. Um exemplo é a extensão do

CUBA



Área: 110.860 km². **População:** cerca de 10.300.000. **Densidade demográfica:** 93 hab/km². **Capital:** Havana. **Nacionalidade:** cubana. **Forma de governo:** República socialista. **Línguas:** espanhol (oficial e universal), com grande influência de diversos dialetos antilhanos. **Religiões:** a maioria nominalmente é filiada à religião católica; há também uma minoria de protestantes. **Localização:** extremo norte do mar das Antilhas; é a maior e mais ocidental das ilhas antilhanas. **Renda per capita:** US\$ 2.690,00 (1984). **Natalidade:** 18,1 por 1.000 hab. (1988). **Taxa de fertilidade:** 1,8 filho por mulher (1987). **Mortalidade:** 6,5 por 1.000 hab. (1988). **Expectativa de vida:** 72,6 anos (homens) e 76,1 (mulheres) (1984). **Saúde:** 190 hab. por leito de hospital; 400 hab. por médico (1986). **Mortalidade infantil:** 13,3 por 1.000 nascimentos (1987). **Consumo de calorias per capita:** 128% sobre o mínimo recomendado (1986). **Analfabetismo:** 4% (1987). **Educação:** 2.080.100 alunos matriculados em 11.765 escolas primárias, secundárias e técnicas (1987/1988). **Educação superior:** 262.200 alunos em 35 instituições de nível superior (1987/1988). **PNB gasto na educação:** 21,9% (1986; inclui gastos com saúde).

Fonte: Almanaque Lisa 91 e Almanaque Abril 91.

método de eleição às instâncias intermediárias e uma maior incidência da base na composição da Assembléia Nacional. Nas organizações de massa, o desafio é a conquista de representatividade, o aperfeiçoamento da democracia participativa.

6. Enfim, eixo que unifica o sentido global da agenda: define-se em torno à total continuidade do processo revolucionário, em termos socialistas, e a resistência, em qualquer circunstância, às pressões dos EUA. Em Cuba, revolução e socialismo são, não apenas símbolo de igualdade e justiça social, mas também condição indispensável para a conservação da independência social.

(Extraído do Jornal Vermelho e Branco, junho de 1991)

Cláudio Nascimento é assessor da CUT nacional e formador no Instituto Caja-mar.

JONAS E A CIDADE

Rolf Schunemann

"A cidade é uma estranha senhora que hoje sorri e amanhã te devora"
— juramento d'Os Saltimbancos

Ao longo do processo secular de formação das cidades tem havido, em parte, um sentimento misto de atração e repulsa, de fascínio e amendrontamento. A cidade, ou é vista como espaço de comodidade e "boa-vida", ou como lugar originador de todos os males. Este sentimento misto torna-se um componente constante dos seres humanos que a habitam. Quando não se está lá, gostar-se-ia de estar; quando se está, gostar-se-ia estar fora. Este vai-e-vém tem reflexos no modo pelo qual há participação na sua vida e na forma pela qual se assume, mais ou menos, uma consciência urbana.

Para as pessoas com maiores recursos (e não só elas) torna-se comum a fuga nos fins-de-semana, feriados, férias. Assim, criam-se verdadeiros refúgios paradisíacos em sítios, chácaras, casas de veraneio na serra e no mar, etc. O que revela isso? Depreende-se que há a construção e participação no espaço urbano, usufrui-se desse espaço, mas, ao mesmo tempo, ele é renegado. Não ocorre um compromisso autêntico e afetivo com a cidade enquanto espaço de vida aceitável em sua plenitude. Na medida em que as pessoas são massa e não povo, em que são números e não indivíduos, ignorar-se a responsabilidade pelo que acontece no interior dela.

O adiantado e irreversível processo de urbanização em curso leva-nos a refletir, enquanto comunidades cristãs, acerca da missão e

tarefa a ser cumprida. Nesse sentido Jonas pode ser ilustrativo e altamente conscientizador.

ETNOCENTRISMO X ECUMENISMO, OU "DAQUI NÃO SAIO, DAQUI NINGUÉM ME TIRA"

Escrito de forma criativa, a novela de Jonas apresenta um drama co-movente e sumamente desafiador. No século V a.C., cada contemporâneo de Israel podia reconhecer-se em Jonas. De forma didática o escritor une história de marinheiros e a rotina palaciana numa estória que estabelece uma comunicação, no mínimo, perturbadora com seus leitores e ouvintes.

Jonas, visto individual ou coletivamente, parece ser um tipo psicológico confuso, cheio de problemas e complicações. Sua identidade está em crise dentro do contexto cultural e social. Perturbado pelo clima hostil imperante no seu tempo, tem dificuldades em romper com o seu grupo cultural, étnico e religioso. Tipifica Israel perdido como pequena província dentro do vasto império persa. Seu fechamento impede uma abertura aos demais povos. Jonas encontra-se covardemente na comunidade pura dos eleitos e recusa-se a estabelecer relações com o mundo maior. "Se este mundo — a cidade de Nínive — está mal, então que se dane!" — assim pensa.

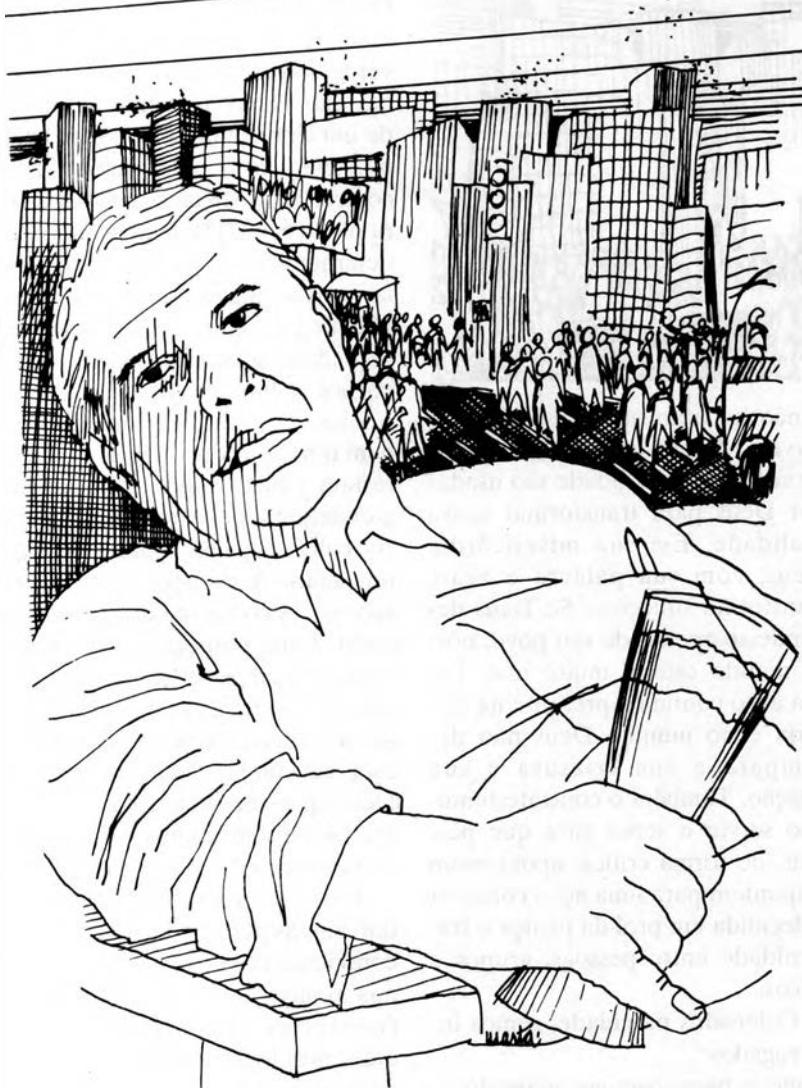
Quem sabe vivemos um processo semelhante nas nossas comunidades e Igrejas cristãs, imersas nas grandes cidades? Ao invés de estabelecermos um diálogo franco e aberto, de rompermos com o nosso etnocentrismo eclesial, enclausuramo-nos em nossas capelas, sacris-

tias, templos e catedrais. Enquanto o mar ruge em nossa volta e Nínive se decompõe, dormimos no berço esplêndido de nossa piedade, "curtindo" a nossa paz espiritual, totalmente desconectados da realidade. Este enquistamento nos impede de andar na direção de um ecumenismo aberto ao diálogo e comprometido na prática com a promoção de vida plena e abundante.

ORTODOXIA X ORTOPRAXIA, OU "PALAVRAS SÃO PALAVRAS, NADA MAIS DO QUE PALAVRAS"

Jonas é homem de fé. Aprendeu o catecismo. Fez sua profissão de fé. Participa da Escola Dominical e sabe de cor os fundamentos de sua religião. No navio diz: "Sou hebreu, e temo ao Senhor, o Deus do céu, que fez o mar e a terra" (Jn1.9) e, já fora da cidade, após a pregação: "... pois sabia que é Deus clemente e misericordioso, tardio em irar-se e grande em benignidade e que arrepende-se do mal." (Jn4.2). Apesar desse conhecimento dos conteúdos, quem, no entanto, age concretamente para combater o mal são os pagãos. A seu modo e com base em sua experiência são eles que fazem tudo para evitar o naufrágio do navio. São os ninivitas e o seu rei que agem para deter em seu meio as forças de morte, arrependendo-se de seu mau caminho.

Continuamente homens, mulheres, jovens e crianças, sem relação constante e direta com vida comunitária cristã, são bem mais sensíveis aos apelos por vida que ecoam em sua volta. Ateus, descrentes, indiferentes em matéria



religiosa, procuram vir de encontro às interpelações da realidade e buscam, na prática, saídas contra tudo o que ameaça a vida. A ortodoxia, a confissão da reta doutrina não são suficientes. Na maioria dos casos elas segregam, isolam e limitam uma ação solidária com todos os homens e mulheres. Os marinheiros e ninivitas apontam a ortopraxia, enquanto ação consciente e acertada dentro do contexto, como necessária e insubstituível. Não é à toa que Jesus disse: "Nem todo o que diz 'Senhor', entrará no reino dos céus, mas aquele que faz a vontade de meu Pai que está nos céus". (Mt 7.21).

MORTE & VIDA, OU "SE O GRÃO DE TRIGO NÃO MORRER..."

Quando não-crentes assumem a proposta de Deus, os crentes, os fiéis ficam enciumados. Jonas fica profundamente chateado com o movimento coletivo de arrependimento. Quem sabe é adepto do "quanto pior, melhor!"? Prefere morrer a abrir mão dos seus princípios. Eles lhe são tão caros que abandoná-los significa a perda de razão de viver. Na verdade não era necessária a sua morte, mas somente a morte das suas convicções e propostas. A perseverança no gueto religioso e institucional,

com tudo o que isso representa em termos concretos, impede uma autêntica promoção da vida.

O Novo Testamento mostra Jesus, com a sua morte e ressurreição, como o verdadeiro Jonas. Os três dias e noites no ventre do peixe prefiguram a morte e ressurreição do Filho de Deus (Mt 12.40). A autopreservação não contribui para o estabelecimento da vida. "Se o grão de trigo, caindo na terra, não morrer, fica ele só, mas se morrer, produz muito fruto" (Jo 12.24). O fechamento, o isolamento, o não-abrir mão mantêm o atual estado de sofrimento e não-vida que está em nossa volta.

Como cristãos e denominações cristãs, temos de passar pelo ventre do peixe para sermos expelidos para dentro do coração, assumindo suas contradições e conflitos, e aí atuando numa ação solidária em função do Reino de Deus. Uma "salvação" que reproduz os males mais hediondos de nossa sociedade urbana — o individualismo, o egoísmo, a competição, etc. — não é digna de ser chamada por este nome. O constante repensar de nossa ação e dos instrumentos da missão nas grandes cidades são o imperativo primeiro para transformar a cidade num espaço de vida.

VIDA & ECOLOGIA, OU TODOS SE SALVAM OU NÃO SE SALVA NINGUÉM

A proposta de vida e arrependimento traz embutida uma dimensão muitas vezes ignorada por nós. Em sua amplitude inclui não sómente os seres humanos, mas também os animais. É digna de nota a confissão de Jonas no Deus criador do céu e da terra. O movimento de penitência dos ninivitas inclui todas as criaturas (Jn 3.7s). A trégua, o cair em si tornam-se bem amplos. Isso é altamente sugestivo para as nossas cidades ameaçadas pelo desequilíbrio ecológico. Curioso é que, inclusive, a própria legislação é açãoada ("E fez-se proclamar e divulgou..." — Jn 3.7). A preservação

da vida, a sua manutenção pela sua abrangência nos levam a considerar que a salvação não pode ser pensada de forma exclusiva para os seres humanos. A redescoberta nos nossos dias dessa dimensão cósmica lança um sério desafio às comunidades que leem a novela de Jonas. Todo o nosso espaço de vida espera pela redenção. A tomada de consciência, a mudança de nossa mentalidade e uma nova legislação estão na raiz de uma cidade habitável e cheia de vida.

GRATUIDADE, OU "NÃO HÁ NADA MELHOR DO QUE PERDER TEMPO" (NERUDA)

Uma questão de fundo marca as relações humanas. Jonas, sentado ao sol, recebe providencialmente sombra de uma planta. Ao ser devorada por uma broca, reacende o seu temperamento ranzinza (Jn 4.8). Meio desmaiado por causa do calor, volta a soltar seus impropérios. Diante disso Deus responde, perguntando: "Você está com dó de uma mamoneira, que não lhe custou trabalho, que não foi você quem fez crescer, que brotou numa noite e na outra morreu? E eu, será que não vou ter pena de Nínive, esta cidade enorme, onde moram mais de cento e vinte mil pessoas, que não sabem distinguir a direita da esquerda, além de tantos animais?" (Jn 4.10s).

Esta pergunta ecoa até nossos dias. Numa sociedade meritocrática, onde não há espaço para a gratuidade, a experiência cristã da benignidade de Deus coloca o desafio de romper com tudo o que não aproxima as pessoas por causa da auto-affirmação e auto-suficiência que norteiam as relações interpessoais. Como comunidades e Igrejas, somos interpelados para o estabelecimento de referenciais novos em que o individualismo possa dar lugar à solidariedade, e a competição à colaboração.

Contradicitoriamente Deus não manifesta sua glória pelos méritos de Jonas, mas pelos deméritos. Poder-se-ia dizer que Deus é vitorioso na fraqueza



e não na auto-suficiência de seus servos. Mesmo pessoas que fogem de sua responsabilidade são usadas por Deus para transformar nossa realidade. Em sua misericórdia Deus, com sua palavra e ação, transforma situações. Se Deus dependesse apenas de seu povo, nosso mundo estaria muito mal. Em sua ação contínua, presente na história e no mundo, Deus não desampara a sua criatura e sua criação. Também o contratestemunho serviu e serve para que pessoas, de forma crítica, apontassem e apontem para uma ação concreta e decidida em prol da justiça e fraternidade entre pessoas, grupos e povos.

Colocados na cidade, somos interrogados:

"Que se passa contigo, agarrado ao sono?" (Jn 1.6)
"Que fizeste?" (Jn 1.10)
"Que faremos contigo?" (Jn 1.11)
"É razoável essa tua ira" (Jn 4.9)
"Não deverei eu ter compaixão?" (Jn 4.11)

"HAPPY END" PARA JONAS (NAS AMÉRICAS)

Jonas está sentado na cobertura verde do prédio do Banco Banespa, em São Paulo, tomando à sombra de um cipreste um *chopp* bem gelado. Não está amargurado nem contrariado. Afinal, sua missão tivera pleno êxito. Havia assumido com determinação a tarefa conferida pelas coroas inglesa, francesa, espanhola e portuguesa de converter da impiedade para a verdade todos os pagãos habitantes das terras ameríndias. O juízo fora anunciado e, nem tardaram cinco séculos, eis que restam poucos infieis. Milhões, ou atenderam à palavra, ou morreram. As culturas pagãs quase não existem mais. A evangelização foi um sucesso. A conquista dos povos deu certo. Jonas conseguiu, em meio a toda essa empresa, preservar a sua identidade religiosa e cultural. A santa cruzada em terras ameríndias está concluída. "Sabendo que és Deus que cumpres a tua palavra, fui, falei e sobretudo agi. O resultado não tardou".

Jonas, às vezes, durante a noite, tem alguns pesadelos, pois o seu inconsciente lhe devolve algumas cenas pouco amáveis e tranqüilas (massacres, destruição, mortes, etc.); mas logo o sono vem e a paz de espírito o envolve. Afinal, sempre existem pedras no caminho. Por isso, bebamos! À sua saúde!

Rolf Schunemann é pastor da IECLB em Mauá/SP.

LEIA, DIVULGUE E ASSINE

BOLETIM ACONTECEU

Publicação quinzenal do Centro Ecumênico de Documentação e Informação — CEDI, que reúne notícias dos jornais de maior circulação no País e colaborações diversas.

ASSINATURA ANUAL CR\$ 3.000,00

Trabalhamos com o sistema de intercâmbio e cortesias especiais.

Envie cheque nominal para o CEDI:
Rua Santo Amaro, 129 — Glória
CEP 22211 — Rio de Janeiro — RJ

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

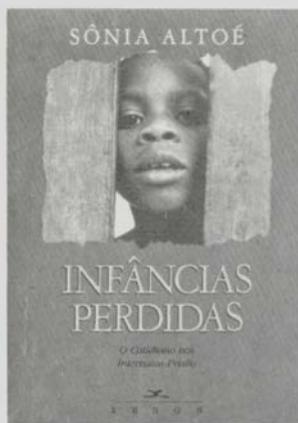
O FRACASSO DOS INTERNATOS

Rosilene Alvim

INFÂNCIAS PERDIDAS

O cotidiano nos internatos-prisão

Sônia Altoé. Editora Xenon, Rio de Janeiro, 1990, 271 páginas, 16 X 23 cm



Trata-se de um livro que marca o campo da produção sobre a infância e adolescência pobre brasileira, na medida em que nos revela, através de uma análise etnográfica rigorosa, o mundo dos internatos que abrigam essa parcela de nossa população. O texto de Sônia Altoé nos prende desde o início por sua descrição minuciosa do cotidiano de crianças e adolescentes internos em diversos estabelecimentos que compõem uma fundação filantrópica que, entre outras atividades, atende a menores carentes.

A autora teve uma dupla experiência. Como psicóloga, pôde entrar nesse tipo de instituição total e nela trabalhar durante mais de um ano, período em que deveria mudar a forma do atendimento dado às crianças e adolescentes. A demanda feita à psicóloga foi a de alterar a ação dos funcionários, pautada na disciplina, procurando desenvolver uma prática mais educativa.

A autora alerta para a excessiva disciplina imposta às crianças e adolescentes com uma rigorosa exigência no cumprimento de normas e horários e a não-permissão de

opinarem sobre as atividades existentes. O excesso de disciplina não permitia uma preocupação com o afeto e o carinho dos internados.

A fundação, apesar de aceitar as ponderações feitas, alegando falta de verbas para realizar as mudanças necessárias, muda, no entanto, seu discurso, e os alunos passam a ser vistos como o principal problema. Sendo então “(...) menores carentes de tudo, traumatizados por abandono familiar e desajustamento social (...)” (p. 23). Face a essa mudança, a ação da psicóloga deveria se dar em função do ajustamento dos “menores” às normas institucionais, na medida em que estes são vistos como portadores de uma doença a ser erradicada.

Essa mudança de intenções da proposta inicial leva a outra demanda de ação da psicóloga, acarretando um conflito que culmina com a sua demissão.

A segunda experiência de Sônia Altoé com a instituição vai se caracterizar por uma relação de pesquisa (1982-83). Percorrendo os sete internatos mantidos pela fundação, a autora nos mostra que um indivíduo pode permanecer dentro desses diversos estabelecimentos até completar dezoito anos (meninos) e doze anos (meninas), vivendo dentro de um regime disciplinar semelhante aos existentes nas prisões. O que parece ser grave no tratamento é a anulação das crianças, enquanto sujeitos, e a sua subordinação à instituição, excludente e autoritária. A clientela da instituição é a mais prejudicada, e a autora nos dá vários exemplos da violência institucional, seja aquela decorrente dos castigos físicos que aumentam com a idade, seja a que se origina na obsessão de disciplinarização e uniformização.

Toda e qualquer tentativa de individualização é impedida, e tudo o que pode representar o mundo externo à instituição, como a família, por exemplo, deve permanecer fora.

Outra forma de controle absoluto que a instituição exerce sobre a criança e suas famílias é a transferência que realiza a partir do momento em que a faixa etária atingida obriga a ida da criança para outro internato. Essa transferência é realizada sem o conhecimento prévio do indivíduo, e neste processo irmãos são separados, grupos são desfeitos e nenhuma preparação prévia é feita para minimizar as perdas vividas.

O livro nos faz relativizar a visão que, desde que assistidos materialmente, os chamados carentes estão protegidos e terão condições de ser inseridos futuramente na sociedade.

Não é de se estranhar, portanto, que os internos apresentem problemas de aprendizagem e sejam vistos como “desinteressados” e “despreparados” quando chegam aos cursos de profissionalização e a instituição não se reconhece como responsável pelo fracasso dos indivíduos que foram por ela socializados.

O livro de Sônia Altoé nos permite o entendimento do porquê da anulação de indivíduos submetidos a processos disciplinares destruidores de potencialidades individuais, revelando que o indivíduo é produzido pela instituição e não, como um certo senso comum poderia nos induzir a crer, o produto de uma escolha individual diante de oportunidades que lhe foram dadas.

Rosilene Alvim é antropóloga, professora do IFCS/UFRJ, e coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Infância (NEPI), do Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais – Departamento de Ciências Sociais (IFCS/UFRJ).

